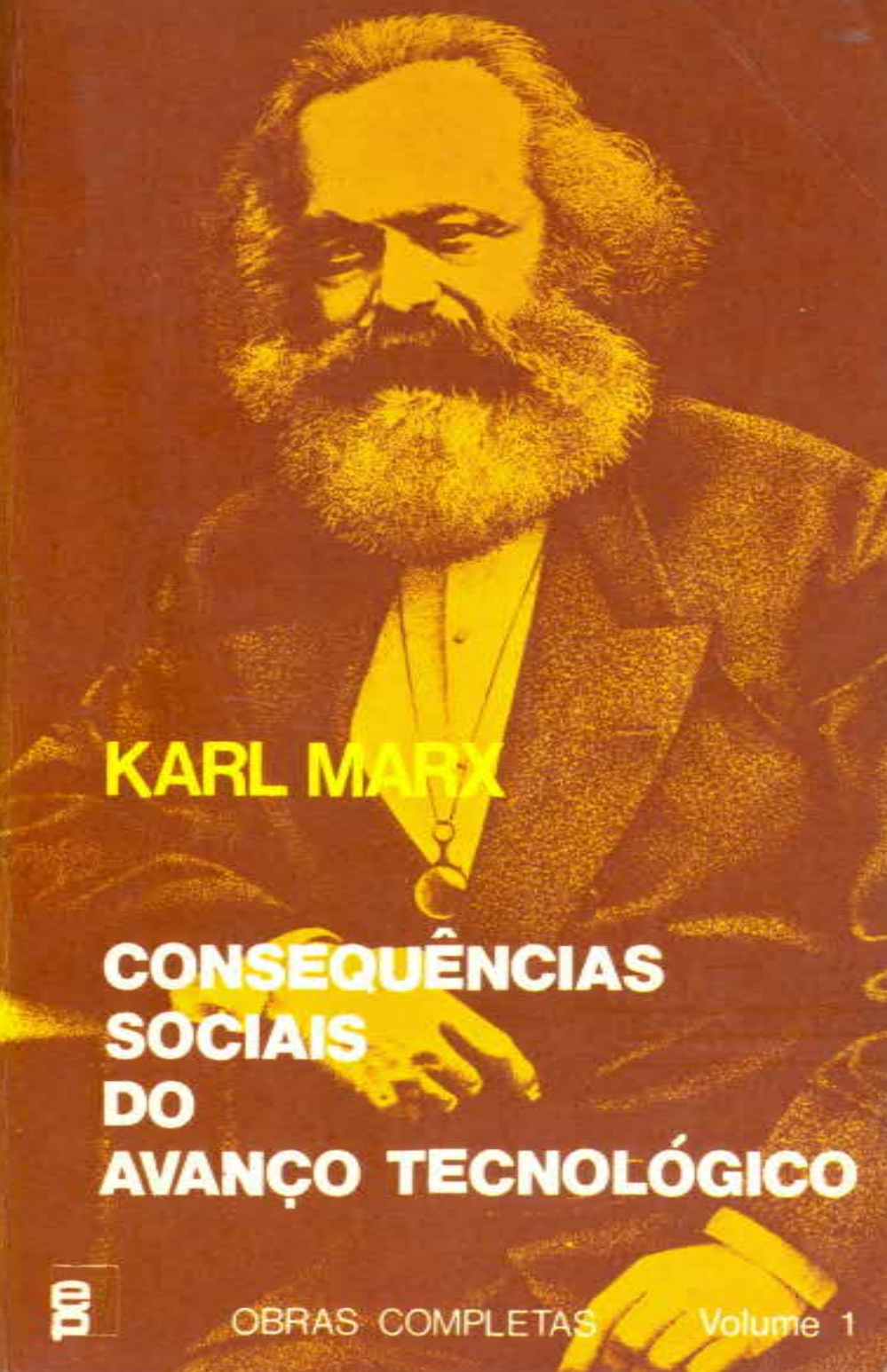


A black and white portrait of Karl Marx, showing him from the chest up. He has a full, dark beard and mustache, and is wearing a dark suit jacket over a light-colored shirt and a dark tie. He is looking slightly to the right of the camera with a serious expression. The background is dark and out of focus.

KARL MARX

**CONSEQUÊNCIAS
SOCIAIS
DO
AVANÇO TECNOLÓGICO**



OBRAS COMPLETAS

Volume 1

Karl Mark

Consequências Sociais do Avanço Tecnológico

Apresentação: Rudi Supek

Com Biografia e
Bibliografia Completas de MARX

Apêndice
"Prefácio" à Contribuição para a
Crítica da Economia Política
(Exposição do Materialismo Histórico)



habitue-se a frequentar livrarias
edições populares
Analdino Rodrigues Paulino Neto

Editor
Analdino Rodrigues Paulino Neto

Capa e Projeto Gráfico
Altamir Tedeschi
Roberto Agune

Produção
Robison Luiz Bernardes

Revisão
Marty Arlete de Souza
Euripedes Rodrigues-Filho

Composição
Caminho Editorial Ltda.
Rua da Consolação, 293 - 12º Andar, Fone: 258-6699

Fotolitos
Binhos Fotolito Ltda.
Rua Espírito, 97 - Fone: 278-7028

Impressão
Monsanto Editora Gráfica Ltda.
Rodovia Pres. Dutra, Km. 214 - Guarulhos - Fone: 209-6015

Direitos Reservados
Edições Populares
(Analdino Rodrigues Paulino Neto)
Rua Dr. Phidias de Barros Monteiro, 53 - Fone: 853-5732
05404 - São Paulo - Capital

Outubro de 1980 - 1ª Edição, 5 mil exemplares

INDICE

O Autor (Biografia)	7
Bibliografia do Autor	19
Correspondências do Autor	22
Apresentação (A Época da Automatização vista por Marx)	23
Conseqüências Sociais do Avanço Tecnológico	34
Apêndice — Prefácio à Contribuição para a Crítica da Economia Política	64

O processo de trabalho — Capital fixo. Meio de trabalho. Máquinas. — Capital fixo. Transposição das forças do trabalho para as do capital fixo ou circulante. — Em que medida o capital fixo (máquinas) cria valor. — Lauderdale. — As máquinas implicam a existência de uma massa considerável de operários.

Capital fixo e capital circulante dois modos diferentes do capital.	
Capital fixo e continuidade do processo de produção. —	
Maquinaria e trabalho vivo (o ramo de negócios das invenções)	46
Contradição entre o princípio de base (medida do valor)	
da produção burguesa e o seu próprio desenvolvimento.	
Máquinas etc.	49
Significado do desenvolvimento do capital fixo	
(para o desenvolvimento do capital em geral). Relação entre	
a criação de capital fixo e a de capital circulante.	
Tempo disponível: criá-lo é tarefa essencial do capital.	
A sua forma contraditória sob domínio do capital.	
Produtividade do trabalho e produção de capital fixo.	
[The Source and Remedy, etc.]. — Uso e consumo:	
The Economist. — Duração do capital fixo.	52
A verdadeira poupança. — Economia. — A poupança do	
tempo de trabalho equivale a um desenvolvimento das	
forças produtivas. — A supressão da contradição entre	
o tempo livre e o tempo de trabalho. — Verdadeira	
concepção do processo de produção social.	59
Owen e a sua concepção histórica da produção industrial	
(capitalista)	61

O AUTOR

Karl Heinrich Marx nasceu a 5 de Maio de 1818, em Trêves, na Renânia, província alemã anexada pela República e o Império franceses de 1795 a 1814.

Tanto pelo lado da mãe como pelo do pai, descendia de duas linhagens de rabinos. Todavia, o pai, advogado distinto, converteu-se ao protestantismo nesse mesmo ano de 1818. Um pouco mais tarde, em 1824, os sete filhos de Hirschel Marx — dos quais Karl era o segundo — receberam o batismo. Com este ato, que o separava das suas origens judaicas, evitava Hirschel Marx as conseqüências de medidas anti-semitas tomadas pelo Governo prussiano. No entanto, o pai de Marx

não aderiu ao catolicismo, religião predominante em Trêves e na região. Ao passar ao protestantismo mostra-se nacionalista liberal, esclarecido e moderado, leitor dos filósofos franceses do século XVIII. Deixa-se assimilar, torna-se prussiano, mas o seu modo de ver conserva-se identificado com a França, onde a revolução tinha restabelecido os direitos cívicos tanto dos judeus como dos protestantes.

Esta conversão do pai virá a ter certa importância na vida de Marx e uma influência incontestável no seu pensamento. Permitir-lhe-á a maior independência face à tradição judaica e a toda a religião. Curioso contraste, ou antes contradição inicial e estimulante: defrontar-se-ão nele a desconfiança que ao judaísmo (desconfiança expressa em **A Questão Judaica**) e a herança intelectual do judaísmo, a sutileza de pensamento, o humor, a capacidade de se opor ao resto do mundo e de manter esta oposição. Fisicamente, Marx trazia a marca da sua ascendência. Devido à sua espessa cabeleira negra e à sua tez morena, recebeu dos seus uma alcunha que usou até o fim da vida. Chamavam-lhe o Mouro.

Vinte anos de dominação francesa tinham modificado profundamente a Renânia. Ao abrigo do bloco continental, ela tinha-se empenhado, sobretudo no Rur, na via da industrialização. A mentalidade francesa, incluindo a mais audaz, tinha penetrado até às altas esferas da sociedade renana.

A família Marx tinha por vizinho um alto funcionário do Governo prussiano, o conselheiro de Estado barão Ludwig von Westphalen, que passava por descendente dos antigos duques de Vestfália e cuja mulher era aparentada com uma das mais ilustres famílias da Escócia, os duques de Argyll. Este aristocrata liberal possuía uma imensa cultura; lia tão bem os autores gregos como os franceses modernos; traduzia e conhecia de cor Homero e Shakespeare. A vastidão do seu espírito permitia a Ludwig von Westphalen freqüentar assiduamente os seus vizinhos judeus recentemente convertidos ao cristianismo e deixar que os filhos se dessem com os

do advogado Hirschel-Heinrich Marx. Foi tanto do conselheiro Ludwig von Westphalen como do liceu de Trêves, e mais que de seu próprio pai, que Karl recebeu a sua primeira formação. Há mesmo razões para pensar que o aristocrata liberal deu a conhecer ao seu jovem amigo os escritos subversivos que circulavam na Renânia, os dos socialistas franceses e sobretudo de Saint-Simon. Marx dedicou-lhe a sua tese de doutoramento em filosofia, em termos mais que elogiosos ("Ao amigo paternal, que saúda todo o progresso com o entusiasmo e a garantia da verdade...").

Aos 17 anos, o jovem Karl Marx era um adolescente romântico. Lia e recitava os poemas de um outro jovem judeu alemão liberto do judaísmo e já célebre: Heine. Dançava, montava a cavalo, queria tentar uma carreira literária. Entre ele e a bela Jenny von Westphalen, apesar da sua diferença de condição social e idade (ela tinha mais quatro anos) nasceu um amor apaixonado e durável.

O pai de Karl Marx mandou-o para Bonn, a fim de se inscrever na Faculdade de Direito. O estudante parece nunca ter freqüentado a Universidade, mas ter levado uma vida folgazã. Teria mesmo sido ferido num duelo em Colônia.

De regresso a Trêves, Karl fica noivo secretamente de Jenny. Abre-se com o pai. Assustado, tanto por causa da pouca idade de Karl como pelo escândalo que provocaria na pequena cidade tal casamento, Hirschel-Heinrich Marx procura afastar o filho. Envia-o com vigorosas censuras para Berlim, "centro de toda a cultura e de toda a verdade" (discurso de Hegel lido na abertura da Universidade de Berlim em 1818).

Em Berlim, no Outono de 1836, Karl Marx, que conta agora 18 anos, compreende que o tempo das infantilidades termina. Lança-se loucamente ao estudo. Lê todos os livros que lhe caem nas mãos: direito, história, geografia, poesia, literatura e principalmente filosofia. A sua vocação parece-lhe ainda mais literária que filo-

não aderiu ao catolicismo, religião predominante em Trêves e na região. Ao passar ao protestantismo mostra-se nacionalista liberal, esclarecido e moderado, leitor dos filósofos franceses do século XVIII. Deixa-se assimilar, torna-se prussiano, mas o seu modo de ver conserva-se identificado com a França, onde a revolução tinha restabelecido os direitos civis tanto dos judeus como dos protestantes.

Esta conversão do pai virá a ter certa importância na vida de Marx e uma influência incontestável no seu pensamento. Permitir-lhe-á a maior independência face à tradição judaica e a toda a religião. Curioso contraste, ou antes contradição inicial e estimulante: defrontar-se-ão nele a desconfiança que ao judaísmo (desconfiança expressa em *A Questão Judaica*) e a herança intelectual do judaísmo, a sutileza de pensamento, o humor, a capacidade de se opor ao resto do mundo e de manter esta oposição. Fisicamente, Marx trazia a marca da sua ascendência. Devido à sua espessa cabeleira negra e à sua tez morena, recebeu dos seus uma alcunha que usou até o fim da vida. Chamavam-lhe o Mouro.

Vinte anos de dominação francesa tinham modificado profundamente a Renânia. Ao abrigo do bloco continental, ela tinha-se empenhado, sobretudo no Rur, na via da industrialização. A mentalidade francesa, incluindo a mais audaz, tinha penetrado até às altas esferas da sociedade renana.

A família Marx tinha por vizinho um alto funcionário do Governo prussiano, o conselheiro de Estado barão Ludwig von Westphalen, que passava por descendente dos antigos duques de Vestfália e cuja mulher era aparentada com uma das mais ilustres famílias da Escócia, os duques de Argyll. Este aristocrata liberal possuía uma imensa cultura; lia tão bem os autores gregos como os franceses modernos; traduzia e conhecia de cor Homero e Shakespeare. A vastidão do seu espírito permitia a Ludwig von Westphalen freqüentar assiduamente os seus vizinhos judeus recentemente convertidos ao cristianismo e deixar que os filhos se dessem com os

do advogado Hirschel-Heinrich Marx. Foi tanto do conselheiro Ludwig von Westphalen como do liceu de Trêves, e mais que de seu próprio pai, que Karl recebeu a sua primeira formação. Há mesmo razões para pensar que o aristocrata liberal deu a conhecer ao seu jovem amigo os escritos subversivos que circulavam na Renânia, os dos socialistas franceses e sobretudo de Saint-Simon. Marx dedicou-lhe a sua tese de doutoramento em filosofia, em termos mais que elogiosos ("Ao amigo paternal, que saúda todo o progresso com o entusiasmo e a garantia da verdade...").

Aos 17 anos, o jovem Karl Marx era um adolescente romântico. Lia e recitava os poemas de um outro jovem judeu alemão liberto do judaísmo e já célebre: Heine. Dançava, montava a cavalo, queria tentar uma carreira literária. Entre ele e a bela Jenny von Westphalen, apesar da sua diferença de condição social e idade (ela tinha mais quatro anos) nasceu um amor apaixonado e durável.

O pai de Karl Marx mandou-o para Bonn, a fim de se inscrever na Faculdade de Direito. O estudante parece nunca ter freqüentado a Universidade, mas ter levado uma vida folgazã. Teria mesmo sido ferido num duelo em Colônia.

De regresso a Trêves, Karl fica noivo secretamente de Jenny. Abre-se com o pai. Assustado, tanto por causa da pouca idade de Karl como pelo escândalo que provocaria na pequena cidade tal casamento, Hirschel-Heinrich Marx procura afastar o filho. Envia-o com vigorosas censuras para Berlim, "centro de toda a cultura e de toda a verdade" (discurso de Hegel lido na abertura da Universidade de Berlim em 1818).

Em Berlim, no Outono de 1836, Karl Marx, que conta agora 18 anos, compreende que o tempo das infantilidades termina. Lança-se loucamente ao estudo. Lê todos os livros que lhe caem nas mãos: direito, história, geografia, poesia, literatura e principalmente filosofia. A sua vocação parece-lhe ainda mais literária que filo-

sófica. Consagra as noites a escrever poesias sobre o seu amor, sobre Jenny, sobre ele próprio:

Já não posso ocupar-me tranqüilamente
Do que se apodera fortemente da minha alma
Já não posso permanecer em paz
E lanço-me com ardor ao trabalho.
Tudo quisera conquistar,
Todos os favores dos deuses
E possuir o saber
Abraçar toda a arte.

Assim exprime já o rapaz de 18 anos a sua afeição e sentido da totalidade. Durante estes anos fecundos, Karl Marx concilia o trabalho obstinado com o frequentar das cervejarias, onde encontra os intelectuais mais "avançados" do seu tempo: a esquerda hegeliana. Quase não dorme e em breve adoece. Esta doença (que coincide com outra de Jenny von Westphalen, devida à separação e à inquietude) provoca nele uma crise. Karl Marx queima os seus poemas e projetos de romances e de tragédias e troca a literatura pela filosofia.

Uma longa carta escrita a seu pai, datada de 10 de Novembro de 1835, narra esta primeira e decisiva crise. Karl Marx esboça para o pai uma análise da sua situação, partindo de um princípio unitário: toda a vida exprime uma essência espiritual que se manifesta ao mesmo tempo na arte, na ciência e na existência privada. Desde a sua chegada a Berlim, o estudante Marx tentou escrever uma filosofia do direito, destinada a mostrar a contradição entre o real e o ideal. É assim que, antes mesmo de estudar profundamente a filosofia e o hegelianismo, começou a compreender a dialética hegeliana, a teoria do devir e das contradições inerentes aos objetos palpáveis enquanto expressões concretas do mundo que habita o pensamento. Até então, Marx não tinha lido senão fragmentos de Hegel, cuja "melodia grotesca e rude" lhe desagradava. Vai agora mergulhar na dialética hegeliana. Escreve um diálogo intitu-

lado **Cléanta ou do Desenvolvimento Necessário da Filosofia**. O que o leva "como pérfida sereia para os braços do inimigo", a saber, a filosofia em geral e a de Hegel em particular.

Karl Marx vai ligar-se à tendência crítica saída do hegelianismo, tendência que extrai da dialética uma análise crítica da religião, da cultura, da sociedade, mas que permanece abstrata. Ele tem algo mais do que os seus amigos do **Doktorsklub**, Rutenberg, Bruno Bauer, Koppen, etc. Sente uma dupla exigência: a de entrar em contato com o real "concreto" e a de modificar ativamente esse real. Se ainda escreve versos, é para proclamar esta exigência prometeica:

É por isso que preciso de tudo ousar
Sem nunca ter descanso
Não fiquemos calados
Sem nos querermos realizar
Não nos submetamos
Silenciosos e crédulos
Ao jugo humilhante
Pois que nos restam o desejo e a paixão
Pois que nos resta a ação.

Por estes companheiros momentâneos, os jovens hegelianos, Marx conheceu a crítica mais audaciosa à religião estabelecida: as obras de Strauss, que põem em dúvida a historicidade dos Evangelhos — as obras de Feuerbach, segundo o qual o ser divino não é mais do que uma projeção fora do homem, do ser humano, uma **alienação**. Karl Marx devia guardar daqui a idéia de que toda a crítica eficaz começa pela religião; mas para ele o pensamento crítico deve cedo ou tarde ir muito mais longe: até à crítica do real social e político, o que supõe ou determina uma ação política.

Não sem ilusões, Marx e os seus amigos pensavam numa carreira universitária, ao mesmo tempo que atacavam — através da sua ideologia, das suas justificações religiosas e da sua religião oficial — os fundamentos

do Estado prussiano. Foi nessa esperança que Marx passou brilhantemente em 1841 na sua tese de doutoramento em filosofia, sobre as doutrinas de Demócrito e de Epicuro. Nos trabalhos preparatórios desta tese encontram-se fragmentos comportando já uma crítica de toda a filosofia, abstrata e especulativa, crítica fundada sobre o confronto entre o mundo filosófico e o não filosófico: o do real humano, o da prática social.

As esperanças de Karl Marx em breve se desvanecem. O Governo reacionário da Prússia retira o ensino a Bruno Bauer e recusa uma cátedra ao Jovem Dr. Marx.

O seu pai não tinha assistido nem aos seus sucessos nem a esta decepção. Tinha morrido em 1838, após curta doença, esmagado de cuidados e inquietações pelos filhos e sobretudo pelo seu preferido, Karl.

Tendo abandonado a carreira universitária, Karl Marx lançou-se no jornalismo. Entra na redação do **Rheinische Zeitung**, de que toma a direção em Outubro de 1842. Vê-se obrigado a tratar de questões econômicas e políticas, concretas, referentes à sorte dos camponeses renanos, à livre-troca e o protecionismo, à propriedade rural, à censura. Verifica a sua falta de informação e pouca competência nesses domínios. Nem por isso deixa de escrever artigos tão brilhantes como eficazes, que levam à interdição da revista. Encontra-se sem ocupação, mas descobriu ao mesmo tempo o "concreto" prático e o movimento socialista, de que o seu amigo Hess, fundador da **Rheinische Zeitung**, lhe mostrou a importância e a amplitude.

Em fins de 1843, Marx (que acaba de desposar Jenny apesar das múltiplas dificuldades) junta-se em Paris a numerosos refugiados políticos alemães. É em Paris, num ardente clima de ação política e de discussões entre as idéias e os partidários de Saint-Simon, de Fourier, de Blanqui, de Cabet, é em Paris que Marx se torna comunista. Sob a influência do antiestatismo revolucionário que então predominava em França, apesar das tradições jacobinas, ele aborda a crítica fundamental do hegelianismo. Para Hegel, o Estado —

tão sistemático e racional na prática, como a sua própria filosofia no pensamento — coroava e completava o desenvolvimento da história e da consciência humana. A crítica de Marx atira-se à filosofia hegeliana do Direito e do Estado, ao mesmo tempo que à filosofia em geral. Só pouco a pouco, lentamente, Marx distinguirá claramente do dogmatismo hegeliano o método crítico e construtivo que parte da análise dos conflitos e contradições: o método dialético.

No início da Primavera de 1844 aparece o primeiro (e único) número dos **Anais Franco-Alemães**. Contém dois importantes artigos de Marx, um sobre a filosofia do direito de Hegel, outro sobre a questão judaica. E ainda um importante trabalho assinado por Friedrich Engels: **Esboço de Uma Crítica da Economia Política**.

Em Setembro de 1844, Engels, filho de grandes burgueses industriais têxteis, dirige-se a Paris. Ali encontra Marx. Entre este último, filósofo crítico da filosofia, à procura de noções econômicas e políticas, e o primeiro, possuidor de uma experiência prática e de uma ciência econômica já notáveis, vão-se estabelecer uma cooperação e uma amizade indissolúveis. Engels traz a Marx as suas idéias sobre a estrutura do capitalismo, sobre a situação concreta e a exploração da classe operária. Marx fornece a Engels as suas idéias sobre a destruição do capitalismo pelas suas próprias contradições internas. Esta destruição só pode resultar de uma ação que não recuará, se disso houver necessidade, perante a necessidade de utilizar a violência revolucionária: uma luta de classes levada até às suas últimas consequências políticas. A classe operária, devido à sua situação na sociedade burguesa, recusa esta sociedade e deve construir uma outra, onde ela desaparecerá juntamente com a exploração capitalista.

De quem recebe Marx estas idéias audaciosas? Simultaneamente dos historiadores franceses que estudaram as lutas de classes do terceiro-estado contra a nobreza e a realeza, dos teóricos socialistas (de quem Marx repudia as fantasias sobre a realização de um ideal

social pela persuasão e pela palavra), do revolucionário Blanqui (a quem Marx corrige a ausência de doutrina construtiva), das indicações de Engels sobre o capitalismo, e finalmente da dialética hegeliana de que Marx conserva o essencial (as contradições e os conflitos animam toda a vida e são a fonte de todo o devir). A noção de luta de classes, baseada num nível determinado de desenvolvimento das forças produtivas, traz um conteúdo prático, histórico, bem determinado, "material", à metodologia hegeliana.

Tal é o fundamento do materialismo histórico de Marx, por ele concebido desde o ano de 1845. Com esta descoberta começa igualmente para ele, como para Engels, o uso simultâneo de duas noções: a de realidade empiricamente verificável, portanto material, e a da contradição dialética no fulcro de todo o devir. Este uso dará lugar mais tarde, depois da morte de Marx, a uma nova sistematização filosófica oficialmente denominada: materialismo dialético. Os princípios da doutrina são expostos por Marx, com a colaboração cada vez mais íntima de Engels em textos que não serão publicados senão no século XX: **Os Manuscritos Econômico-Políticos** (1844) e **A Ideologia Alemã** (1845).

A partir desta data, pode dizer-se que a vida de Marx se confunde com a sua obra e a sua ação política. A sua biografia, no sentido habitual da palavra, perde todo o interesse. O período romanesco e romântico termina. As "anedotas" já não se referem senão à miséria de que sofrem Marx e a sua família, bem como à sua tenacidade e coragem. Os períodos ativos situam-se no plano de uma tática e de uma estratégia políticas rigorosas e racionalmente determinadas por análises teóricas. Nada de mais tranqüilo e de mais calmo — à parte a carência material — do que a vida deste ilustre revolucionário, mesmo quando contribui para fundar a Internacional. O contraste é flagrante entre esta existência estudiosa, passada na sua maior parte nas bibliotecas, e a vida agitada de Blanqui ou de Bakunine.

Marx começa por desembaraçar o terreno. Ataca com uma violência apaixonada e por vezes excessiva os que lhe criam obstáculos. Se **A ideologia Alemã**, dirigida contra os antigos amigos de Marx e de Engels — os hegelianos de esquerda — fica abandonada à "crítica enraivecida dos ratos", em 1847 aparece, em Bruxelas, onde Marx então residia, **A Miséria da Filosofia**. Ao mesmo tempo panfleto e obra teórica, este livro respondia de forma brutal e esmagadora à **Filosofia da Miséria** de Proudhon. Através deste último, visava ainda e sempre toda a filosofia enquanto investigação abstrata, recolha incompleta do concreto histórico e social, manejo especulativo do método dialético, desdém pela prática e a luta reais. **Proudhon compreendeu muito bem que os homens não produzem o pano, a tela, etc., senão em formas de produção determinadas. O que ele não compreendeu é que as relações sociais são produtos humanos, do mesmo modo que o pano, a tela, etc. Vivemos no seio de um movimento contínuo de desenvolvimento das forças produtivas, de destruição das relações sociais, de formação de idéias.** Na sociedade capitalista, na sua realidade prática — e não, como pensa Proudhon, nas noções e conceitos — as contradições exacerbam-se e reclamam uma solução. Única solução: organizar economicamente (sindicalmente) e politicamente a classe operária, coordenar num vasto movimento as ações dispersas, intensificar e tornar consciente a luta de classes. Objetivo desta ação? A supressão da classe operária, tal como a condição da liberdade do terceiro-estado era a supressão da sociedade dos três "estados". **A classe operária criará, no lugar da antiga sociedade burguesa, uma associação livre de trabalhadores produtivos, excluindo as classes e os seus antagonismos. Não haverá mais poder político, dado que este poder não é mais do que a expressão oficial do antagonismo de classes. Uma revolução total porá fim ao que oprime o ser humano, a todas as alienações.**

Aclaradas, expressas com força e simplicidade, estas idéias encontram-se no famoso **Manifesto do Par-**

tido Comunista, redigido por Marx e Engels, a pedido da Liga dos Justos, tornada Liga dos Comunistas, que realiza em 1847 dois congressos em Londres. **Que as classes dominantes tremam perante uma revolução comunista. Os proletários nada têm a perder, além das cadeias que os acorrentam. Têm um mundo a ganhar. Proletário de todos os países, uni-vos!**

Em 1848, Marx julga ouvir soar a hora da revolução total. Chamado a Paris a 1.º de março por Flocon, um membro do Governo Provisório, segue de perto os acontecimentos, esperando a vitória de uma "República Vermelha". Entrevê a necessidade de um período transitório para assegurar o triunfo da revolução e a passagem do capitalismo ao socialismo, transição que em breve designará por ditadura do proletariado.

No fim de maio de 1848, Marx e Engels deixam a França a caminho da Alemanha. Fundam em Colônia a **Neue Rheinische Zeitung**, que sai a 1.º de junho de 1848. Mas o movimento revolucionário declina. Em breve é vencido em toda a Europa. O seu jornal desaparece, após apenas um ano de existência. Marx tem de sacrificar tudo de que dispõe para pagar as despesas do empreendimento: credores, impressores, enfim, processos que se seguem à vitória dos contra-revolucionários.

De regresso à França, em julho de 1849, querem fixar-lhe residência vigiada no Morbihan. Vai estabelecer-se em Londres, onde habitará até à sua morte.

Entre 1850 e 1860 foi a carência. Vários filhos lhe morreram devido à miséria. Marx chegou mesmo a não poder pagar nem o enterro de um dos seus filhos nem o parto de sua mulher, que no mesmo dia dava à luz outra criança. Teve de levar ao Crédito Municipal o seu último terno para comprar o papel que lhe devia permitir redigir uma brochura sobre o **Processo dos Comunistas de Colônia** (1852). Escreve pouco depois o **18 Brumário de Luís Bonaparte**, grupo de artigos destinados a uma revista que Weydemeyer, seu amigo, publica em Nova York. Durante estes dez anos, apenas uma colabo-

ração no **New York Tribune** permite a Marx evitar o pior para si, sua mulher e seus filhos. Depois de 1860 a sua situação melhora. Tendo herdado empresas paternas, Engels pode assegurar-lhe uma pensão regular. Um amigo Wilhem Wolff, a cuja memória é dedicado **O Capital**, lega a Marx uma pequena fortuna. Pode então trocar um alojamento estreito e insalubre por uma casa relativamente confortável. Começa então uma época feliz e fecunda para Marx e sua família. As provações e dificuldades não tinham abatido nem a jovialidade e a ironia mordaz de Marx nem o espírito brilhante de sua mulher. Infelizmente, a saúde de Marx já estava comprometida. O esgotamento cerebral e a má alimentação tinham provocado uma grave doença de fígado, acompanhada de surtos frequentes de furunculose. Os nevoseiros de Londres e o abuso do tabaco trouxeram-lhe uma bronquite crônica, que não cessou de se agravar. A partir de 1871, a sua atividade declina e **O Capital** ficará inacabado.

Os anos mais fecundos situam-se entre 1857 e 1871: trabalhos preparatórios de **O Capital (Introdução e contribuição para a crítica da economia política)**; ação política no quadro da Internacional; **O Capital**, ou antes a sua primeira parte, a única acabada e publicada em vida de Marx; escritos sobre a Comuna, etc.

Em Setembro de 1864, delegados operários londrinos e franceses realizaram uma conferência. A 18 de Setembro efetua-se em Saint Martin's Hall uma reunião pública para a qual Marx é convidado como representante do proletariado alemão. Assim se funda a Associação Internacional dos Trabalhadores (também chamada Primeira Internacional) de que Marx redige a **Comunicação Inaugural**. Segundo este texto, a história do movimento operário, e sobretudo do proletariado inglês, mostra a necessidade de uma ação autônoma (econômica e política) da classe operária, de uma utilização revolucionária das reformas obtidas, de uma transformação radical da sociedade.

De 1865 a 1871 Marx consagra à Internacional uma grande parte das suas forças. A derrota da Comuna de Paris e as dissensões (entre a ala direita proudhoniana e os "marxistas") levaram ao fim da Internacional.

Marx e Engels pronunciaram-se, em fins de 1870 e no início de 1871, contra toda a insurreição do proletariado parisiense, que consideravam como um ato desesperado e votado ao fracasso. Mas uma vez desencadeada a insurreição, apoiaram-na. Depois da derrota, Marx tomou a defesa dos revolucionários, "esses titãs lançados ao assalto do céu". Ele mostrou os ensinamentos políticos da Comuna: o proletariado tem de destruir o Estado burguês e construir o seu Estado, mas um Estado controlado democraticamente pela base e as massas, um Estado em vias de desaparecimento. Ditadura do proletariado, democracia aprofundada, desaparecimento do Estado, seguem em conjunto e nada pode separá-los.

No decurso dos seus últimos anos, Marx não renunciou nunca a levar a cabo a sua obra principal, **O Capital**. Tendo pressentido a importância da questão agrária e camponesa, e para completar uma obra fundada principalmente no desenvolvimento industrial da Inglaterra, estudou russo e os problemas agrícolas na América e na Rússia. Antevia também a aplicação das matemáticas superiores à sua teoria econômica (repartição do rendimento nacional, teoria das proporções a observar entre os ramos de produção para construir uma economia liberta das crises, etc.).

Não pôde realizar estes imensos projetos, mau grado um renovar da atividade em 1875 (**Crítica do Programa de Gotha**, programa adotado pelos socialistas alemães) e em 1877-1878 (ordenação dos rascunhos que constituíam o segundo volume de **O Capital**).

As curas e as estadas no Sul da França e na Argélia não puderam melhorar-lhe a saúde. Em fins de 1881 Marx estava gravemente doente, enquanto no quarto vizinho sua mulher morria lenta e dolorosamente com um cancro.

Karl Marx faleceu a 14 de Março de 1883, foi enterado a 17 de Março no cemitério de Highgate. Engels e W. Liebknecht pronunciaram o seu elogio fúnebre. Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana [...] A descoberta da mais-valia iluminou a obscuridade em que se perdiam até então as investigações dos economistas burgueses como as dos críticos socialistas — diz Engels, resumindo em algumas frases a obra do seu amigo. W. Liebknecht declarou: **Aquele de quem hoje choramos a perda era grande tanto no seu amor como no seu ódio. O seu ódio provinha do seu amor. De uma seita, de uma escola, fez um partido que luta infatigavelmente e alcançará a vitória. [...]**

Engels viveu ainda doze anos. Editou o segundo e o terceiro volumes de **O Capital**, que desembocam, sem as referir, na descrição e exposição completas da sociedade capitalista na sua extrema complexidade. Kautsky publicou estudos, que teriam constituído um quarto volume, sobre a história das teorias econômicas e da teoria da mais-valia. Finalmente, apareceram desde então importantes inéditos, nomeadamente os **Manuscritos de 1844**, que contêm a teoria da alienação, teoria que passa com transformações às obras econômicas e políticas ulteriores.

BIBLIOGRAFIA DO AUTOR

"Carta de Marx a seu pai" — **Lettre de Marx à son père** (10 de novembro de 1837), texto alemão em Früschriften, tradução de J. Molitor, in *Oevres Philos.* t. IV, Costes 1948.

"Diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro" (tese de doutoramento, 1841, deixada inédita por Marx) **Diffrenz der demokratischen un epikureischen Naturphilosophie**, Mega, I 1/1 — **Différence**

De 1865 a 1871 Marx consagra à Internacional uma grande parte das suas forças. A derrota da Comuna de Paris e as dissensões (entre a ala direita proudhoniana e os "marxistas") levaram ao fim da Internacional.

Marx e Engels pronunciaram-se, em fins de 1870 e no início de 1871, contra toda a insurreição do proletariado parisiense, que consideravam como um ato desesperado e votado ao fracasso. Mas uma vez desencadeada a insurreição, apoiaram-na. Depois da derrota, Marx tomou a defesa dos revolucionários, "esses titãs lançados ao assalto do céu". Ele mostrou os ensinamentos políticos da Comuna: o proletariado tem de destruir o Estado burguês e construir o seu Estado, mas um Estado controlado democraticamente pela base e as massas, um Estado em vias de desaparecimento. Ditadura do proletariado, democracia aprofundada, desaparecimento do Estado, seguem em conjunto e nada pode separá-los.

No decurso dos seus últimos anos, Marx não renunciou nunca a levar a cabo a sua obra principal, **O Capital**. Tendo pressentido a importância da questão agrária e camponesa, e para completar uma obra fundada principalmente no desenvolvimento industrial da Inglaterra, estudou russo e os problemas agrícolas na América e na Rússia. Antevia também a aplicação das matemáticas superiores à sua teoria econômica (repartição do rendimento nacional, teoria das proporções a observar entre os ramos de produção para construir uma economia liberta das crises, etc.).

Não pôde realizar estes imensos projetos, mau grado um renovar da atividade em 1875 (**Crítica do Programa de Gotha**, programa adotado pelos socialistas alemães) e em 1877-1878 (ordenação dos rascunhos que constituíam o segundo volume de **O Capital**).

As curas e as estadas no Sul da França e na Argélia não puderam melhorar-lhe a saúde. Em fins de 1881 Marx estava gravemente doente, enquanto no quarto vizinho sua mulher morria lenta e dolorosamente com um cancro.

Karl Marx faleceu a 14 de Março de 1883, foi enterrado a 17 de Março no cemitério de Highgate. Engels e W. Liebknecht pronunciaram o seu elogio fúnebre. Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana [...] A descoberta da mais-valia iluminou a obscuridade em que se perdiam até então as investigações dos economistas burgueses como as dos críticos socialistas — diz Engels, resumindo em algumas frases a obra do seu amigo. W. Liebknecht declarou: **Aquele de quem hoje choramos a perda era grande tanto no seu amor como no seu ódio. O seu ódio provinha do seu amor. De uma seita, de uma escola, fez um partido que luta infatigavelmente e alcançará a vitória.** [...]

Engels viveu ainda doze anos. Editou o segundo e o terceiro volumes de **O Capital**, que desembocam, sem as referir, na descrição e exposição completas da sociedade capitalista na sua extrema complexidade. Kautsky publicou estudos, que teriam constituído um quarto volume, sobre a história das teorias econômicas e da teoria da mais-valia. Finalmente, apareceram desde então importantes inéditos, nomeadamente os **Manuscritos de 1844**, que contêm a teoria da alienação, teoria que passa com transformações às obras econômicas e políticas ulteriores.

BIBLIOGRAFIA DO AUTOR

"Carta de Marx a seu pai" — **Lettre de Marx à son père** (10 de novembro de 1837), texto alemão em Früschriffen, tradução de J. Molitor, in *Oevres Philos.* t. IV, Costes 1948.

"Diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro" (tese de doutoramento, 1841, deixada inédita por Marx) **Diffrenz der demokritischen un epikureischen Naturphilosophie**, Mega, I 1/1 — **Différence**

de la philosophie de la nature chez Démocrite et Épicure, Oeuvres Philos., t. I, Costes, 1946.

"Crítica da Filosofia do Estado de Hegel" — Kritik des Hegelschen Staatsrechts (1842-1843) in Mega, I 1/1 (Critique de la philosophie de l'État de Hegel, Oeuvres Philos. t. IV, Costes, 1948).

"A Questão Judaica" — Zur Judenfrage (1844), Mega, I, 1/1 (La question Juive, Oeuvres Philos. t. I, Costes, 1946).

"Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel". Introdução. — Zur Kritik der hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung (1844), Mega, I, 1/1. Contributions à la Critique de la Philosophie du Droit de Hegel. Introduction. Oeuvres Philos., t. I 1943.

"Economia Nacional e Filosofia" (Manuscritos Econômico-Filosóficos) (1844) Nationalökonomie und Philosophie (Dekonomisch-philosophische Manuskripte) Mega, I, 3 (Manuscrits de 1844, Éditions Sociales, 1962).

"A Sagrada Família ou a Crítica da Crítica Crítica. Contra Bruno Bauer e seus Consortes" — Die heilige Familie, oder Kritik der Kritischen Kritik, gegen Bruno Bauer und Konsorten (1845) em colaboração com Engels, Mega I, 3 (La Sainte Famille ou Critique de la Critique Critique. Contre Bruno Bauer et ses Consorts, Oeuvres Philos. t. II et III, Costes 1947, 1948).

"Teses sobre Feuerbach" (1845) Thesen über Feuerbach — Mega, I, 5 (Thèses sur Feuerbach, Oeuvres Philos. t. VI, Costes, 1937).

"A Ideologia Alemã, crítica da mais recente filosofia alemã, dos seus representantes, Feuerbach, B. Bauer e Stiner, do socialismo alemão e dos seus diversos profetas" — Die Deutsche Ideologie, Kritik der neuesten Deutschen Philosophie in ihren Repräsentanten, Feuerbach, B. Bauer und Stiner, und des Deutschen Sozialismus in seinen Verschiedenen Propheten (1846) Mega I, 5 (L'Ideologie Allemande, Critique de la plus Récente Philosophie Allemande dans ses Représentantes, Feuerbach B. Bauer et Stiner, et du Socia-

lisme Allemande dans ses Divers Prophètes), Oeuvres Philos., t. VI, VII, VIII, IX, Costes, 1937-1948.

"Miséria da Filosofia. Resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon". Misère de la Philosophie Réponse à la Philosophie de la Misère de Proudhon, escrita diretamente em francês e publicada em Paris, em 1847, — Costes 1950.

Manifesto do Partido Comunista (1848), Mega, I, 6 Manifest der Kommunistischen Partei — (Le Manifeste communiste, Costes, 1953).

Trabalho Assalariado e Capital (1849) Lohnarbeit und Kapital Mega I, 6 (Travail Salarié et Capital, seguido de "Salairs, Prix et Profits" (Salário, Preço e Lucro) Éd. Sociales, 1952).

As Lutas de Classes em França — Die Klassenkämpfe in Frankreich (1850) (Les Luttes des Classes en France, Éd. Sociales, 1948).

O 18 Brumário de Luis Bonaparte — Der Achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte (1852), Dietz Verlag, 1953 (Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte, Éd. Sociales, 1945).

A Questão Oriental — The Eastern Question. A Reprint of letters written 1853-1856, dealing with the events of the Crimean War, Londres, 1897 (La Question d'Orient, Costes, 1929).

"Contribuição à Crítica da Economia Política" — Zur Kritik der Politischen Dekonomie (1859) Dietz Verlag, 1951 (Contribution à la critique de l'économie politique, Costes, 1954).

"A Guerra Civil na França", 1871. A Comuna de Paris — Address of the General Council of the International Working Men's Association on the Civil War in France (1871), edição alemã Dietz Verlag, 1952 (La Guerre Civile en France, 1871. La Commune de Paris, Éd. Sociales, 1950).

"O Capital. Crítica da Economia Política" — Das Kapital, Kritik der Politischen Dekonomie, t. I, 1867; t. II publicado por Engels em 1885; t. III publicado por Engels em 1894, 3 vols. Dietz Verlag, 1955 (Le Capital Cri-

tique de l'économie Politique, Éd. Sociales, 8 vols. 1948-1960).

"Teorias da mais valia" — Manuscrito de "Contribuição à Crítica da Economia Política". — **Theorien über den Mehrwert. Aus dem Nachgelassenen** Manuskript "Zur Kritik der politischen Dekonomie", von Karl, editado por Kautsky. Stutgard, J. Dietz 3 vols., 1905-1910; traduzido em francês com o título **Histoire des Doctrines économiques**, Costes, 8 vols., 1924-1925.

CORRESPONDÊNCIA

"Correspondência entre Karl Marx e Friedrich Engels" — **Karl Marx-Friedrich Engels Briefwechsel**, Mega III, 1 (**Correspondence Karl Marx-Friedrich Engels**, Costes, 9 vols. 1931-1934).

Cartas a Kugelmann — **Brief an Kugelmann**, Dietz Verlag, 1952 (**Lettres à Kugelmann**, Éd. Sociales Internationales, Paris 1930).

"Carta para Weydemeyer e esposa". — **Brief an Weydemeyer und Frau**. Uma passagem importante da carta de 5 de março de 1852 está traduzida em **Karl Marx-Friedrich Engels, Études Philosophiques**, Éd. Sociales, 1947.

APRESENTAÇÃO

A ÉPOCA DA AUTOMATIZAÇÃO VISTA POR MARX *

Ao abordar os problemas do capitalismo no século XX, é necessário examinar com atenção a posição metodológica de base adotada por Marx, para proceder ao estudo do capitalismo, enquanto sistema social. Notar-se-á dois momentos importantes: em primeiro lugar, a abordagem dialética do próprio sistema, por outras palavras, a observação dos seus aspectos históricos positivos e negativos, portanto, dos aspectos através dos

(*) Artigo publicado no número de Abril, de 1967, da revista iugoslava **Praxis**.

quais é preparada a nova sociedade, ao mesmo tempo que daqueles que a condenam à ruína; em segundo lugar, uma reserva relativamente a um economismo parcial e a subordinação dos problemas econômicos ao conjunto dos problemas sociais e sociológicos.

Fato freqüentemente ignorado, mesmo por aqueles que noutros aspectos têm um sólido conhecimento da sua obra, é que Marx tinha previsto a automatização numa época em que o mundo nem mesmo sonhava com isso, e havia antecipado parcialmente as respectivas consequências.

Marx previu, com efeito, o que o **desenvolvimento da indústria** se processaria no sentido de uma diminuição crescente do tempo de trabalho, pois as máquinas — “órgãos do cérebro do homem criados por sua mão” — libertariam a atividade da produção do homem. As máquinas poderão assegurar essa libertação não só pela multiplicação quantitativa da energia mecânica, mas também pelo **aperfeiçoamento do próprio processo tecnológico** da produção. Disso resultará uma tal transformação do papel do homem na produção que este, de “força de trabalho”, isto é, de cavilha entre a natureza e o produto, tornar-se-á controlador, vigilante do processo de produção passando então o papel de “força de trabalho” ao próprio processo natural. É, bem entendido, uma situação que pressupõe um elevado grau de desenvolvimento da ciência e da técnica, característico da época da automatização. Simultaneamente, Marx mostra (o que é de capital importância para a sociologia e a política) que se assiste então à **mudança da própria base da riqueza social**, que deixa de estar assente na exploração da força de trabalho humano!

“Mas à medida que se desenvolve a grande indústria, a criação de uma verdadeira riqueza torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho aplicada, do que do poder dos fatores postos em ação durante o tempo de trabalho, fatores esses — a sua **powerfull effectiveness** — que não têm nenhu-

ma relação com o tempo de trabalho direto que custa a sua produção, mas que são acima de tudo tributários do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (O desenvolvimento da ciência, nomeadamente das ciências naturais, e portanto de todas as outras, está ele mesmo ligado ao desenvolvimento da produção material)... Não é mais o operário que coloca o objeto natural transformado como uma cavilha entre si mesmo e o objeto; é um processo natural, que ele transforma em processo industrial, e que coloca como um meio entre si (operário) e a natureza inorgânica que dominou. Ele (o operário) eleva-se acima do processo de produção, em lugar dele ser o fator essencial. Nesta transformação, não mais é o trabalho direto realizado pelo homem, nem o seu tempo de trabalho que aparece como pilar da produção e da riqueza, mas antes a aquisição do poder geral de produção que lhe é próprio, a compreensão e o domínio da natureza pela sua existência enquanto ser social — numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. O **roubo do tempo de trabalho de outrem, base atual da riqueza**, aparece como uma base miserável comparada com a base desenvolvida e recriada pela grande indústria. Desde que o trabalho, na sua forma direta ou imediata, deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser medida desta e, por conseguinte, o valor de troca (a medida) do valor de uso. O **excedente do trabalho da massa humana** deixa de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, ao mesmo tempo que o **não-trabalho de um pequeno número** deixa de ser a condição do desenvolvimento das capacidades do cérebro humano em geral. Este sistema consome a ruína da produção que repousa no valor de troca e a produção material imediata perde a sua forma de penúria e de contradição. Chega-se ao livre desenvolvimento do indivíduo; à diminuição, não do tempo de trabalho necessário para a formação da **mais-valia**, mas do trabalho social necessário até um mínimo que permite con-

sagrar todo o tempo livre e os meios criados à educação científica, artística, etc. dos indivíduos." ¹

Estas notas de trabalho a que Marx não deu redação definitiva, e que são por vezes um pouco obscuras, bastam no entanto para esclarecer a idéia geral, antevisão da metamorfose da produção e da vida social, que seria acompanhada pelo progresso da ciência e da tecnologia. Examinemos isso mais de perto.

A primeira suposição de Marx é que o desenvolvimento da ciência e sua aplicação à tecnologia permitirão uma diminuição, um recuo progressivo do trabalho necessário do homem, da pura e simples exploração da sua força de trabalho, sobretudo da sua força física de trabalho, e uma utilização das suas capacidades intelectuais susceptível de reduzir a uma "abstração" a energia de trabalho realizado, em relação à enorme força energética do processo de produção desenvolvido pela grande indústria.

Marx insiste, sobretudo, e é isso o importante, no fato de que no processo de produção o homem, intermediário entre a natureza e o produto, através do fornecimento de uma mediação que consistia essencialmente na utilização da sua própria energia de trabalho, será pouco a pouco substituído pela máquina e pelo instrumento, passando a ser a própria natureza, ou, como diz Marx, "o processo de produção industrial", a força de trabalho colocada entre a natureza e o produto fabricado. É bem verdade que o poder do trabalho humano, a força corporal do operário, se torna verdadeiramente uma "base miserável" quando comparada com o poder de produção, da indústria moderna. O que é essencial, do ponto de vista sociológico e tecnológico, é que o homem fica, ou "se coloca acima do processo de produção que ele dominou", preenchendo apenas na produção a função de vigilante ou controlador, e não mais de fonte de energia ou de força de

[1] Die Grundrisse der Kritik der politischen Oekonomie, Dietz Verlag, Berlim, 1953, págs. 592-593.

trabalho, e desempenhando o papel de planificador, uma vez que dominou o processo natural, isto é, as suas leis.

Marx expõe claramente as consequências sociais da produção automatizada: o indivíduo que vende a sua força de trabalho perde a sua importância, a categoria sociológica clássica do "operário assalariado" desaparece quase completamente, deixando de ser o "tempo de trabalho" o critério do valor do produto e tornando-se inauditas as desproporções entre esse "tempo de trabalho", ou a "quantidade de trabalho necessário", e o trabalho humano já reificado * através da ciência e da técnica, fontes principais da capacidade de produção. O protagonista da capacidade de produção deixa de ser "a massa dos operários que vendem a sua força de trabalho", para ser a capacidade de produção da própria sociedade.

A capacidade real de produção objetivou-se e materializou-se na economia automatizada da sociedade, na ciência e na tecnologia, instituições sociais do progresso e da produção e é natural que cada indivíduo, **na sua qualidade de ser social**, tendo contribuído ao longo da história para o progresso dessa ciência e dessa tecnologia, e de um modo geral para a criação de bens materiais, veja nessa produção objetivada uma parte vital de si mesmo. **A atitude relativamente à produção automatizada e aos seus meios não mais pode ser a do proprietário privado, que seria absurda e insustentável, mas uma atitude de caráter coletivo e social.** Essa novidade é imposta pela própria natureza do caráter social da produção automatizada, que realiza diretamente a destruição da "relação de proprietário privado" do tipo capitalista clássico. Entretanto, um novo perigo surge: o do nascimento de uma oligarquia tecnoburocrática, de uma camada social que tenta utilizar a nova forma de produção social para se colocar, por meios políticos não-democráticos, "em nome da sociedade, acima da sociedade".

(*) Reifié, reificado, coisificado, materializado.

Mas, apesar disso, o fundamento capitalista da produção não deixa de desaparecer tão necessariamente quanto desaparece a lei fundamental da economia capitalista — criação da **mais-valia**, apropriação do excedente de trabalho como bases da riqueza. O valor introduzido no produto por meio do trabalho já objetivado e das fontes naturais da energia dominada, que se exprime diretamente como valor de uso do produto, e o valor que assenta no "excedente do tempo de trabalho" são a tal ponto desproporcionados, que o último se torna negligenciável. Paralelamente, o regulador da produção deixa de ser a lei da **mais-valia**, para ser **obrigatoriamente o próprio valor de uso, e com ele as necessidades dos consumidores. Surge a questão das efetivas necessidades humanas e de uma produção orientada em função dessas necessidades.** O papel decisivo do valor de uso está desde logo assegurado pelo fato de o consumo dos bens não mais se basear na renovação da força de trabalho, mas na satisfação das necessidades experimentadas pelo indivíduo durante o seu "tempo livre". Nada, nem os consideráveis meios postos em ação pela publicidade, nem os empreendimentos de sugestionamento das massas para as levar a consumir, poderá salvar da ruína a produção baseada no valor de troca, uma vez, que como sublinha o próprio Marx, "a produção material imediata perde o caráter de penúria e de contradição". A libertação da força de trabalho da produção e o aparecimento do "tempo livre", resultado da "diminuição do trabalho necessário da sociedade", colocam em primeiro plano os problemas da utilização humana do tempo livre e o do consumo humano, e todos os problemas levantados pela criatividade livre dos indivíduos, cujos conhecimentos se desenvolverão no domínio das ciências, das artes, etc. É a abertura de uma nova era na história do desenvolvimento social.

As previsões de Marx referentes ao desenvolvimento do capitalismo não se limitam unicamente à automação. Estendem-se a certas mudanças que afetam a

sociedade burguesa e o seu modo de vida, que hoje ligamos à noção de "sociedade da abundância" (Galbraith): sociedade de produção e de consumo maciços.

As grandes aspirações da produção capitalista à reprodução alargada do capital, ao aumento da capacidade produtiva pelo desenvolvimento da ciência e da técnica, à racionalização crescente dos processos de produção, à ampliação do mercado, levaram, exatamente pela espontaneidade dessa perpétua ampliação, à criação de novas necessidades, de "necessidades artificiais", universalizando a possibilidade de usufruir dos diferentes produtos e elevando o nível da cultura de consumo. Segundo Marx, esse desenvolvimento estabelece novas relações entre capital e trabalho, entre produção e consumo.

"O valor da antiga indústria, ao manter-se, cria a base de uma nova indústria onde o relacionamento entre o capital e o trabalho se manifesta sob uma **nova forma. Por conseguinte, investigações feitas em toda a natureza, para encontrar novas qualidades úteis para as coisas; troca universal dos produtos de todos os países e de todos os climas; novas transformações (artificiais) das coisas naturais, visando dar-lhes novos valores de emprego; prospecção da terra em todas as direções, a fim de descobrir novos objetos de utilização e, ao mesmo tempo, novas qualidades de utilização para os antigos e as suas novas qualidades como matéria-prima, etc.;** donde, o desenvolvimento máximo das ciências naturais; donde também a descoberta, a criação e a satisfação das novas necessidades que nascem da própria sociedade; a cultura de todas as qualidades do homem social e, por sua vez, uma produção conforme às capacidades do mais rico em necessidades, dado que a riqueza em qualidades e em relações — que a sua produção corresponde na medida do possível ao produto social mais total e mais universal — (porque aquele que aspira à fruição de tudo deve mostrar-se capaz dele e, portanto, ter atingido um grau muito alto de cultura) — é também uma das suposi-

ções da produção baseada no capital" (Grundrisse, págs. 312-313).

Descrição admirável, sob o ângulo sociológico, do "espírito do capitalismo"! A vontade de lucro faz nascer uma perpétua necessidade de novas descobertas e de ampliação do mercado, ao mesmo tempo que desenvolve o consumo, para o que é necessário habilitar o homem, tornando-se esta habilitação parte integrante de sua cultura. A universalidade da troca condiciona a universalidade do consumo e, por isso mesmo, a necessidade de homens universais em necessidades e em prazeres. Evidentemente, este tipo de consumo não pode permanecer privilégio de uma estreita camada social: alarga-se obrigatoriamente a toda a sociedade. Aparece então um novo modo de vida: a produção maciça exige, com efeito, não apenas um acesso universal aos produtos, mas também um disfrute imediato — passagem constante de um produto para outro — donde, o fenômeno da moda, a ruína da permanência dos artigos e o nascimento de uma moral hedonista, que vira as costas aos prazeres, desde que experimentados, de uma cultura essencialmente sensualista e sensacionalista. André Gide já evoca, em **Les Nourritures Terrestres**, essa civilização do prazer, cuja moral repousa num rápido esquecimento dos acontecimentos e dos prazeres vividos para entregar-se a sensações novas.

É de admitir que Marx tenha tido a visão desse fenômeno capitalista, que o economista americano Galbraith designa sob o nome de "sociedade da abundância". O aparecimento dessa fase do desenvolvimento reduz a nada as concepções materialistas vulgares, referentes ao empobrecimento progressivo do proletariado, no capitalismo, proletariado que se supunha aumentar em miséria ao mesmo tempo que em número. Evidentemente, essa lei da pauperização é contrária à lei do desenvolvimento real do poder de consumo imposto pela produção maciça de mercadorias de todas as espécies.

A lei do empobrecimento absoluto ou da pauperização da classe operária, no capitalismo, enunciada por Marx, deve então ser considerada caduca? Sim, se entendida no sentido econômico vulgar. Mas encarada sob o ângulo que sempre foi o de Marx, em função da posição do proletariado e da teoria da alienação, mantém o seu pleno valor.

Aqui levanta-se uma interessante questão: se a lei do empobrecimento da classe operária é posta em causa e com ela a lei da diminuição progressiva da taxa de lucro e do fracasso inevitável do capitalismo (Grossman), qual a crítica a fazer ao capitalismo na "sociedade da abundância"? Tal crítica baseia-se, como a **Crítica da Economia Política** de Marx, na teoria da alienação. O empobrecimento da classe operária é uma noção que requer uma interpretação mais geral, no sentido do empobrecimento real do homem na sua totalidade, isto é, justamente enquanto **homem que tem necessidades e capacidades**. Por outras palavras, é na teoria da alienação que é preciso procurar uma explicação para a lei da pauperização, como o mostra suficientemente a posição da classe operária na produção e consumo contemporâneos (criação de necessidades artificiais na "cultura de massa" capitalista).

Segundo Marx, a automatização deveria resolver essa contradição social da divisão do trabalho em trabalho manual e trabalho intelectual que pesa sobre a humanidade desde a origem dos tempos. O excedente de trabalho da massa deixa de ser, com efeito, a condição essencial da inatividade de uma minoria e do tempo livre necessário aos espíritos criadores. Já hoje, esse "tempo livre" começa a tornar-se um dos fenômenos da nossa civilização e o problema da sua utilização um dos grandes temas da sociologia contemporânea.

Marx tinha visto claramente que o tempo de trabalho deste ou daquele operário viria a não poder representar a medida adequada da riqueza social, nem medida da parte que de "direito" pertence ao homem-

produtor, o qual deve participar da totalidade da riqueza social, fruto do trabalho combinado e acumulado de todos os homens e da aplicação da ciência. Aqui, portanto, a clássica palavra de ordem que estabelece que ao operário se paga o "estritamente equivalente ao seu trabalho" não mais tem sentido (assim como o não tem a avaliação do tempo de trabalho feita por certos economistas que calculam, por exemplo, que um operário colocado junto de aparelhos automáticos produz, em cinco ou dez minutos, cem ou mil vezes mais do que anteriormente em doze horas).

Para terminar, formularemos uma questão muito atual: como encarava Marx o destino da comunidade humana?

A história do desenvolvimento da humanidade até ao capitalismo é para Marx a **história da progressiva desagregação da comunidade**. Esta atomiza-se sempre mais e mais, o indivíduo está destinado à solidão; a sua sociabilidade, que é o seu "ser genérico", representa para ele uma força cada vez mais estranha e alienada (como o Estado e o dinheiro), portanto, um mediador social exterior que decide da sua sorte e das relações sociais e sobre o qual não tem poder. Essa desagregação é considerada por Marx como inevitável e necessária, sobretudo para o desenvolvimento das forças humanas de produção. Sempre segundo Marx, a comunidade humana é, "a primeira das forças de produção", mas a sua desagregação também é uma dessas forças. O isolamento do indivíduo, quer através da democracia formal, das relações contratuais ou da religião (nomeadamente protestantismo e puritanismo) leva-o a procurar uma compensação no trabalho e o reconhecimento social que este acarreta. Nesse ponto, as concepções Max Weber sobre as relações do "capitalismo com a ética protestante", ou de David Riesman sobre a "Multidão solitária" dos gigantescos formigueiros humanos americanos, encontram-se com as concepções de Marx.

Desagregação da comunidade e isolamento dos indivíduos, entretanto, caminham ao lado da progres-

siva universalização das capacidades e das necessidades humanas, já o dissemos. O capitalismo acelerou esse processo, mas simultaneamente, "esvaziou completamente o indivíduo", ao esvaziar de sentido as suas necessidades e capacidades, ao alienar o homem do homem. E o homem, sublinha Marx, não poderá exprimir a sua natureza universal e vivê-la na sua totalidade a não ser no interior da comunidade humana.

Como concebe Marx essa comunidade? A resposta é clara: essa comunidade não é apenas **socialmente funcional** (por exemplo, associação dos produtores para o **controle** da produção e da distribuição), ela é **essencialmente antropológica** (feita para satisfazer as necessidades sociais enquanto ser social). Marx observa que o homem da comunidade primitiva, que gozava da "plenitude original", pode parecer-nos superior ao homem contemporâneo, pela expansão da sua personalidade; mas não há que pensar num retorno a essa plenitude original, que é ao mesmo tempo a expressão do não-desenvolvimento do homem. Nessa situação, o capitalismo tentou em vão desenvolver a universalidade do homem; conseguiu apenas "esvaziá-lo completamente", aliená-lo totalmente. A concepção da comunidade em Marx, que repousa na interação do indivíduo e da comunidade, é essencialmente dialética.

Para Marx, e ele insiste nisso, a riqueza não é outra coisa senão "a universalidade das necessidades, a possibilidade de cada um desfrutar de forças produtivas nascidas da troca universal... a expansão das possibilidades criadoras próprias a cada um, apenas sobre a base do desenvolvimento histórico precedente, que faz dessa totalidade de desenvolvimento — isto é, do desenvolvimento de todas as possibilidades humanas enquanto tais, e não segundo um critério estabelecido à priori — a própria finalidade que ele se atribui..." (Grundrisse, págs. 387-388).

Rudi Supek

O processo de trabalho — Capital fixo. Meio de trabalho. Máquinas. — Capital fixo. Transposição das forças do trabalho para as do capital fixo ou circulante. — Em que medida o capital fixo (máquinas) cria valor. — Lauderdale. — As máquinas implicam a existência de uma massa considerável de operários.²

No sentido mais estrito, o meio de produção é o capital que se consome a si próprio no processo de

(*) Este texto faz parte dos manuscritos de Karl Marx conhecidos pelo nome de *Fundamentos da Crítica da Economia Política (Grundrisse)*.

(1) Marx não pretende fazer aqui a análise tecnológica do sistema automático das máquinas, mas sim extrair as consequên-

produção, ou capital fixo. No sentido mais amplo, todo o processo de produção, com cada um dos elementos que a compõem — tais como a circulação, que, para tanto, é substancial — não é mais do que um meio para o capital, cujo único objeto é o valor. Sob o ângulo da substância, a matéria-prima é o meio de produção para o produto, etc.

Pode-se dizer que, no fundo, o capital fixo consumido no processo de produção não é mais do que o seu valor de uso agindo como meio e agente de transformação da matéria-prima em produto. É possível que o seu valor de uso seja simplesmente a condição tecnológica para o desenrolar do processo (o local onde se efetua o processo, por exemplo, as instalações fixas), ou a condição imediata para a ação eficaz no meio de produção (por exemplo, todas as matérias instrumentais). Ambas as condições são os pressupostos materiais ao desenrolar do processo de produção em geral, ou às utilizações e à conservação do instrumento de trabalho (meio de trabalho). De resto, este último só tem utilidade no seio da produção e com vista a ela: não tem outro valor de uso.

Originariamente, quando o valor se transforma em capital, o processo de trabalho é puro e simplesmente retomado pelo capital no estado em que se encontra: face às suas condições materiais, o capital representa, então, simplesmente, a **totalidade** das condições do processo e cinde-se, como o próprio processo, nos seus diversos elementos qualitativos: **material de trabalho** (expressão mais adequada do que a de matéria-prima), **meio de trabalho** (instrumentos, etc.), e **trabalho vivo**.

Em conformidade com a sua substância material, o capital decompõe-se portanto nestes três elementos. Mas, logo que entra em movimento, restabelece-se a

ciais econômicas e sociais da introdução deste sistema. Também não é sua intenção apresentar-nos um ponto de vista pessoal. Modestamente, coloca em todos os pontos essenciais da exposição as citações dos seus predecessores Owen, Hodgskin, Fourier, etc. Verificamos aqui, de um modo vivo, como o pensamento destes se liga ao seu.

sua unidade, graças ao **processo de trabalho** (em que estes elementos se incorporam ativamente uns nos outros); quando atinge o repouso, tornou-se produto. Estes diversos elementos substanciais — material de trabalho, meio de trabalho e trabalho vivo — aparecem portanto como os **fatores essenciais do processo de trabalho** de que o capital se vai apropriar. Já se vê que estas substâncias materiais — ou o seu valor de uso e o seu processo real — se decompõem completamente segundo o seu destino econômico.

Assim, aí encontramos:

1.º) Os três elementos, tal como existem antes da troca pela força de trabalho, antes do verdadeiro processo, os quais, **do ponto de vista do valor**, são apenas frações quantitativamente diferentes do capital que é sua unidade na medida em que representa a sua soma. A forma específica — valor de uso de cada uma destas frações — nada modifica ao seu destino uniforme. Esta diferença de forma reduz-se portanto ao fato de o capital se dividir quantitativamente em frações diversas.

2.º) No seio do processo produtivo, só de uma maneira se diferenciam formalmente o elemento do trabalho e os outros dois: o primeiro cria o valor, e os outros dois são valores constantes. Em compensação, a diversidade destes valores de uso e a sua relação material não têm nada a ver com a forma determinada do capital. Mas, no processo do capital, a diferença entre o **capital circulante** (matéria-prima e produto) e **capital fixo** (meio de trabalho) vai encobrir a diversidade destes elementos e destes valores de uso. Apenas subsistirão as diferenças de **forma** relativas ao próprio capital² e correspondendo ao seu destino.

Doravante, a relação puramente quantitativa de todos estes fatores aparece como uma diferença quali-

tativa do próprio capital, e esta é determinante para o seu movimento global (rotação). O material e o produto do trabalho — esses elementos neutros do processo de trabalho que são a matéria-prima e o produto — já não são simplesmente determinados pelo trabalho: são valores de uso do capital percorrendo as suas diferentes fases.³

Enquanto o meio de trabalho tiver um caráter imediato e se encontrar no estado histórico em que o capital o capta e o introduz no seu processo de valorização, ele apenas pode sofrer uma mudança formal. Mas isso é o suficiente para que deixe de aparecer apenas com as suas propriedades físicas: ele tornou-se um modo de existência particular do capital, determinado pelo conjunto do processo capitalista; é capital fixo.

Sendo assim acolhido no processo de produção do capital, o instrumento de trabalho sofre ainda, numerosas metamorfoses, a última das quais é a máquina, ou melhor, o **sistema automático de máquinas**, movido por um autômato, que é a força motriz que se põe a si própria em movimento.⁴ (O sistema da maquinaria: só ao

finalidade do trabalho e sua atividade eficaz. Por esta transformação, não imprime uma forma exterior à matéria, simples reflexo efêmero da substância, como é o caso dos objetos inertes. Com efeito, a matéria do trabalho conserva-se sob uma forma determinada, sendo incessantemente transformada e submetida à finalidade do trabalho. Deste modo o trabalho é o fogo vivo que dá forma à matéria; ele é o que a matéria tem de transitório e temporal: é a conformação do objeto pelo tempo vivo." (p. 226).

(3) Na sua forma alienada, assalariada, a finalidade do trabalho vem a ser a do capital no seio do processo de produção, que explora para seu proveito as virtudes criativas do trabalho: "Utilizando o instrumento e dando forma à matéria-prima, o operário começa por acrescentar ao valor destes uma quantidade de forma nova, equivalente ao tempo de trabalho do seu salário; o que acrescentar a mais, é sobretaxa, é mais-valia. Mas aquilo que se conserva no instrumento e na matéria não é apenas a sua forma, mas ainda a sua substância, e — do ponto de vista econômico — a sua substância é o tempo de trabalho objetivado." (p. 265).

(4) Para evitar que se atribua a Marx o mérito de haver profetizado o que hoje chamamos a automatização, a automação, ou ainda mais simplesmente, de ter sido ele o Píndaro da maquinaria

(2) Esta questão de "forma" determina o modo de produção capitalista. Uma passagem desta obra de Marx precisa qual é a relação entre a forma e a substância ou matéria, e mostra que a ação da forma é determinante: "realizando-se na matéria, o trabalho modifica-lhe a forma: **essa transformação** é determinada pela

tornar-se **automática** é que a maquinaria encontra a sua forma mais acabada e adequada e se transforma num sistema.)

Este autômato compõe-se de numerosos órgãos mecânicos e intelectuais, o que determina que os operários não sejam mais do que acessórios conscientes.

Na máquina — e ainda mais no sistema da maquinaria automática — o meio de trabalho é transformado, inclusive no seu valor de uso e na sua natureza física, num modo de existência correspondente ao capital fixo e ao capital em geral. A forma de que se reveste o instrumento de trabalho imediato, no momento em que é incluído no processo de produção capitalista, é abolida: passa a estar conforme ao próprio capital e ao seu produto. A máquina já não tem nada de comum com o instrumento do trabalhador individual. Distingue-se por completo da ferramenta que transmite a atividade do trabalhador ao objeto. De fato a atividade manifesta-se muito mais como pertencente à máquina, ficando o operário a vigiar a ação transmitida pela máquina às matérias-primas, e a protegê-la das avarias.

Com a ferramenta passava-se completamente o contrário: o trabalhador animava-a com a sua arte e habilidade própria, pois o manejo do instrumento dependia da sua virtuosidade. Em compensação, a máquina, que possui habilidade e força em vez do operário, é a partir de agora a própria virtuosa, pois as leis da mecânica que nela atuam dotaram-na de uma alma.

(mérito que atribui a Ure), convém lembrar que Marx traduz aqui uma citação de Ure que tinha reproduzido no final do capítulo precedente: "Este termo, na sua acepção mais rigorosa, acarreta a idéia de um vasto autômato, composto de numerosos órgãos mecânicos e intelectuais que operam concertadamente e sem interrupção, para produzir um mesmo objeto, estando todos submetidos a uma força motriz que se move a si própria." (Fr.) Extraído de *Philosophie des Manufactures*, Bruxelles, 1836, t. I, pp. 18-19.

É portanto muito e pouco o mérito. Com efeito, a tarefa de Marx é mais ingrata, pois que deduz as consequências econômicas e sociais do desenvolvimento da maquinaria. O tempo mostrou que a humanidade tem efetivamente mais gênio para realizar maravilhas técnicas do que para tirar partido delas no plano da inteira sociedade.

Para permanecer constantemente em movimento, tem de consumir por exemplo carvão e óleo (matérias instrumentais), tal como o operário precisa dos gêneros alimentícios.

A atividade do operário, reduzida a uma pura abstração, é em todos os sentidos determinada pelo movimento de conjunto das máquinas; o inverso não é verdadeiro. A ciência, através da construção da máquina, obriga os elementos inanimados desta a funcionar como autômatos úteis. Essa ciência, portanto, não existe mais no cérebro dos trabalhadores: pelo contrário, através de máquina, ela age sobre estes como uma força estranha, como o próprio poder da máquina.

A apropriação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado — da força e da atividade valorizadoras pelo valor em si — é inerente à natureza do capital. Ora, na produção baseada na maquinaria, ela torna-se a natureza do próprio processo de produção, tanto no que se refere aos seus elementos físicos como ao seu movimento mecânico.

Assim, o processo de produção deixa de ser um processo de trabalho, no sentido em que o trabalho constituiria a sua unidade dominante. Nos numerosos pontos do sistema mecânico, o trabalho aparece apenas como corpo consciente, sob a forma de alguns trabalhadores vivos. Dispersos, submetidos ao processo de conjunto da maquinaria, não formam mais do que um elemento do sistema, cuja unidade não reside nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa) que, em relação à atividade isolada e insignificante do trabalho vivo, aparece como um organismo gigantesco. Neste estágio, o trabalho objetivado aparece realmente, no processo de trabalho, como o poder dominante face ao trabalho vivo, enquanto que, até aí, o capital era apenas o poder formal e desse modo se apropriava do trabalho.

Dado que o processo de trabalho é apenas um simples elemento do processo de valorização, ele concretiza, mesmo do ponto de vista físico, uma transfor-

mação da ferramenta de trabalho em maquinaria, e do trabalhador em simples acessório vivo desta; o trabalhador não é mais do que um meio da sua ação.

Como já vimos, o capital tende, necessariamente, a aumentar as forças produtivas e a diminuir ao máximo o trabalho necessário. Essa tendência realiza-se com a transformação do instrumento de trabalho em maquinaria. No seio desta, o trabalho objetivado aparece, fisicamente, como a força dominante face ao trabalho vivo: não só se apropria deste último, como ainda o domina ativamente no processo de produção real. No capital fixo, desenvolvido em maquinaria, o capital, que se apropria da atividade produtora de valor, atua num processo que une o valor de uso do capital ao da força do trabalho. Mas o valor objetivado na maquinaria apresenta-se aí como a condição prévia: face a ela, a força valorizadora do operário individual extingue-se, por infinitamente pequena que se tornou.

A produção em grande série, inerente ao sistema da maquinaria, elimina toda a relação do produto com a necessidade direta do produtor, e, portanto, elimina o valor de uso imediato. A forma e as condições da sua produção exigem que o produto represente apenas uma simples relação para o valor de troca, e, para tanto, a sua utilidade é apenas uma condição.

Na maquinaria, o trabalho objetivado não é um simples produto servindo de instrumento de trabalho; ele é a própria força produtiva. Para o capital, o desenvolvimento do meio de trabalho em maquinaria não é absolutamente nada fortuito; ele é a transformação histórica dos instrumentos de trabalho tradicionais em meios adequados à forma capitalista. A acumulação do saber, da habilidade, bem como de todas as forças produtivas gerais do cérebro social, são então absorvidas no capital que se opõe ao trabalho: a partir daí, elas surgem como uma propriedade do capital, ou mais exatamente do capital fixo, na medida em que este entra no processo de trabalho como um meio de produção efetivo.

A maquinaria aparece portanto como a forma mais adequada do capital fixo, e este como a **forma mais adequada do capital em geral**, se considerarmos o capital na sua relação consigo mesmo. Mas acontece que, na medida em que o capital fixo se encontra ligado a um valor de uso particular e bem determinado, já não corresponde àquela definição do **capital** que, como valor, é indiferente a toda a forma determinada de valor de uso. O **capital circulante** será, portanto, a forma mais adequada para o capital fixo, no seu movimento e na sua relação com o exterior.

Como a maquinaria se desenvolve com a acumulação da ciência social — força produtiva geral — não é no trabalho, mas no capital que se fixa o resultado do trabalho social geral. E, de fato, a força produtiva de uma sociedade mede-se segundo o capital fixo, que é, nela, a sua materialização; mas, por sua vez, a força produtiva do capital desenvolve-se, graças a este progresso geral de que o capital se apropria gratuitamente.

Não cabe aqui entrar nos detalhes da evolução da maquinaria. Basta-nos considerar os seus aspectos gerais e salientar que, do ponto de vista físico, o meio de trabalho perde a sua forma imediata com o capital fixo, onde o capital aparece como tal, de maneira palpável face ao operário. A ciência manifesta-se portanto nas máquinas, e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura, o operário é supérfluo, a menos que a sua ação não seja determinada pela necessidade do capital.

Portanto, o capital só se desenvolveu completamente nas suas formas de produção específicas a partir do momento em que o instrumento de trabalho perdeu a sua forma imediata para revestir a forma de **capital** fixo, surgindo no seio do processo de produção como máquina frente ao trabalho. O conjunto do processo de produção já não está, então, subordinado à habilidade do operário; tornou-se numa aplicação tecnológica da ciência.

O capital tende portanto a conferir à produção um caráter científico, e a reduzir o trabalho imediato de forma a que não seja mais do que um simples acessório desse processo. Constata-se, tal como para a transformação do valor em capital, que este implica previamente um certo desenvolvimento histórico das forças produtivas — entre as quais a ciência — para, por sua vez, as fazer progredir segundo um ritmo acelerado.

O volume quantitativo e a eficácia (intensidade) com que o capital se desenvolve sob a sua forma fixa, indicam com muito rigor o grau em que o capital é capital e submeteu a si o trabalho vivo bem como o processo de produção em geral. Além disso, exprimem o nível de acumulação das forças produtivas objetivas e do trabalho passado.

Graças à maquinaria e a outras formas concretas do capital fixo (estradas de ferro, etc.), o capital adquire uma forma adequada como valor de uso no seio do processo de produção. Mas isso de forma nenhuma significa que esse valor de uso — a máquina — seja sempre capital, nem que a maquinaria seja sinônimo de capital. Da mesma forma que o ouro não deixaria de ter um valor de uso se deixasse de ser moeda, as máquinas, deixando de ser capital, não perdem o seu valor de uso.

Mesmo se a maquinaria é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo, de modo nenhum isso quer dizer que a subordinação às relações sociais capitalistas representa o mais adequado e melhor modo de produção para a sua utilização.

Sabemos que o tempo de trabalho — simples quantidade de trabalho — é, para o capital, o único princípio determinante. Ora, o trabalho imediato e a sua quantidade deixam nesta altura de ser o elemento determinante da produção e, portanto, da criação dos valores de uso. Com efeito, é reduzido, quantitativamente, a proporções ínfimas e, qualitativamente, a um papel na verdade indispensável, mas subalterno em relação à atividade científica geral, à aplicação tecnológica das

ciências naturais e à força produtiva que advém da organização social do conjunto da produção — que são outros tantos frutos naturais do trabalho social, ainda que se trate de produtos históricos. É assim que o capital, como força dominante da produção, opera ele próprio a sua dissolução.

Tendo feito do processo de trabalho um processo científico, que submete as forças da natureza e as faz agir ao serviço das necessidades humanas, a transformação do processo de produção aparece como uma propriedade inerente ao **capital fixo**, em oposição ao trabalho vivo. A partir daí, o trabalho individual deixa geralmente de aparecer como produtivo. O trabalho do indivíduo só é agora produtivo em trabalhos coletivos que dominam as forças da natureza. Esta promoção do trabalho imediato, ao nível de trabalho social, mostra que o trabalho isolado está reduzido à impotência, face àquilo que o capital representa e concentra em forças coletivas e gerais. Por outro lado, é graças a uma propriedade inerente ao **capital circulante** que um ramo de produção pode prosseguir a sua atividade em ligação com o trabalho fornecido por um outro.

Dentro do que designamos por pequena circulação, o capital adianta o salário ao operário, que o irá trocar pelos produtos necessários ao seu consumo. O dinheiro que ele recebe não tem esse poder senão porque, simultaneamente, se efetua trabalho num ramo vizinho. É apenas porque o capital se apropria do seu trabalho que ele pode dar-lhe, sob a forma de dinheiro, um mandato sobre o trabalho de um outro. Porém, esta troca do seu próprio trabalho não aparece determinada simplesmente pela coexistência simultânea do trabalho de outros operários noutros ramos, mas pelo adiantamento que o capital lhe faz.

É, portanto, graças ao capital circulante, em geral, e à porção de capital circulante que ele recebe, em particular, que o operário pode proceder à operação vital que consiste em alimentar-se durante a produção. Este consumo não surge como uma troca vital entre as

forças de trabalho que cooperam, mas como a troca nutritiva do capital, o modo de existência do capital circulante.

Assim, todas as forças do trabalho são transpostas para as do capital: na sua parte fixa, a força produtiva do trabalho (independente e exterior a ele) é absorvida sob forma materializada; na sua parte circulante, verificamos que, por um lado, o próprio operário produziu as condições de renovação do seu trabalho e, por outro, que a troca das condições do seu trabalho se efetua graças à existência do trabalho noutros ramos.

Porém, tudo isto se passa como se o capital pagasse adiantadamente ao operário e garantisse a simultaneidade da atividade em todos os ramos. (Na realidade, é no capítulo consagrado à acumulação que estes dois pontos deverão ser tratados.) Sob a forma circulante, o capital coloca-se como o intermediário entre os diversos trabalhadores.

O **capital fixo**, enquanto meio de produção, cuja forma mais adequada é a maquinaria, só produz valor, quer dizer, só aumenta o valor do produto, em dois casos:

1.º) Desde que ele próprio tenha um valor, isto é, desde que ele próprio seja um produto do trabalho e contenha portanto uma certa quantidade de trabalho sob forma objetivada.

2.º) Na medida em que aumenta a taxa de sobretrabalho em relação ao trabalho necessário, tornando o trabalho capaz de, após o aumento da sua força produtiva, criar num tempo mais curto uma maior massa de produtos necessários à subsistência da força produtiva do trabalho.

Constitui, portanto, uma palavra de ordem burguesa perfeitamente absurda a pretensão de que o operário partilha com o capitalista, porque por meio do capital fixo (que, de resto, não é mais do que **trabalho de outrem** apropriado pelo capital), este último lhe diminui o tempo de trabalho ou torna o trabalho mais fácil (pelo

contrário, com a máquina retira ao trabalho toda a independência e todo o caráter atraente).

É completamente o contrário: o capital só utiliza as máquinas na medida em que elas permitem ao operário consagrar-lhe uma maior parte do seu tempo, trabalhar mais tempo para o capitalista e menos para si próprio. Graças a elas, a duração necessária para produzir determinado objeto é, efetivamente, reduzida ao mínimo, **mas isso unicamente para que um máximo de trabalho valorize um máximo de objetos**. O primeiro caso é importante, pois o capital reduz a um mínimo — sem que tenha a menor intenção de o fazer — o trabalho humano, o dispêndio de forças. Este serviço que presta ao trabalho emancipado é a condição da sua própria emancipação.

Tudo isto mostra o absurdo de Lauderdale, que vê no capital fixo uma fonte autônoma do valor, independente do tempo de trabalho. Porém, só na medida em que ele próprio é tempo de trabalho objetivado e integra tempo de sobretrabalho — só nessa medida constitui essa fonte.

A introdução das máquinas pressupõe historicamente — ver Ravenstone⁵, citado anteriormente — uma mão-de-obra em excesso. É só quando há super-abundância de forças de trabalho que a máquina intervém a substituir o trabalho.

(5) No fim do capítulo que precede o presente texto, bem como no *O Capital* (livro 1.º, 4.ª seção), Marx menciona a seguinte passagem de Ravenstone: "Só raramente as máquinas podem ser empregues com sucesso para abreviar o trabalho dos indivíduos: perder-se-á mais tempo a construí-las do que o que se economiza com a sua utilização. Só são realmente úteis quando agem sobre grandes massas, quando uma máquina pode apoiar o esforço de milhares de homens. É pois nos países mais populosos, onde há maior quantidade de homens ociosos, que as máquinas são mais abundantes. Não são utilizadas em função da carência de trabalhadores, mas em função da facilidade com que estes, graças a elas, podem ser empregues em massa." (Piercy Ravenstone, *Thoughts on the Fundings System and its Effects*, Londres, 1842, p. 45).

Só na imaginação dos economistas a máquina vem ajudar os operários. Ela só pode agir com massas de operários, cuja concentração, face ao capital, é historicamente uma das suas condições prévias, como vimos. Ela não surge para suprir uma falta de mão-de-obra, mas para reduzir a utilização de uma força de trabalho, disponível em massa, à parte de que o capital necessita. A força de trabalho tem que existir em massa para que as máquinas se desenvolvam. (É necessário voltar a este ponto.)

Lauderdale pensa que fez uma grande descoberta, quando afirmou que as máquinas não aumentam a força produtiva dos trabalhadores, mas que os substituem ou efetuam o que eles não podem fazer apenas com as suas forças.*

O capital implica, por definição, que o crescimento da força produtiva do trabalho se apresente como o crescimento de uma força exterior ao trabalho e como o enfraquecimento do trabalho. O instrumento do trabalho torna o trabalhador independente e faz dele um proprietário. A maquinaria, enquanto capital fixo, torna-o dependente, faz dele um objeto de apropriação. A maquinaria só produz este efeito quando tem a forma de capital fixo, e só possui este caráter porque o operário é assalariado, porque o indivíduo ativo não passa de um simples operário face a ela.

Capital fixo e capital circulante dois modos diferentes do capital. — Capital fixo e continuidade do processo de produção. — Maquinaria e trabalho vivo (o ramo de negócio das invenções).

Até aqui, o capital fixo e o capital circulante só tinham aparecido como determinações diferentes e passageiras; mas ei-los agora convertidos em modos de

(*) Cf. James Maintland Lauderdale, *Recherches sur la nature et l'origine de la richesse publique et sur les moyens qui concourent à son accroissement*. (Traduzido do inglês para francês por E. Lagentie de Lavaisse, Paris, 1809, p. 119).

existência particulares do trabalho: ao lado do capital fixo aparece o capital circulante. Temos portanto agora duas espécies diferentes de capitais. Se considerarmos um capital num determinado ramo da produção, ele surge dividido nessas duas porções, ou então decompõe-se numa certa proporção, nessas duas espécies de capitais.

De início, observa-se no seio do processo de produção, a diferença entre meio de trabalho, material de trabalho e, enfim, produto do trabalho; essa diferença incide agora sobre o capital circulante (que engloba os dois últimos) e o capital fixo.

Retoma-se presentemente, na sua própria forma, a distinção puramente física do capital, e ele manifesta-se nesta diferenciação.

O erro dos Lauderdale, etc., que afirmam que o capital, enquanto tal e independentemente do trabalho, cria valor, e portanto também **mais-valia** (lucro), tem origem na sua visão demasiado superficial das coisas. A forma material do capital fixo, ou o valor de uso da maquinaria, dão uma aparência de verdade à sua afirmação. Porém, já o autor de **Labour Defended** (já citado) se opõe a essa tese, dizendo que apenas o construtor de estradas pede a participação do detentor do capital, mas que a própria estrada não o faria.

Desde que passe realmente pelas suas diversas fases, o capital circulante está à altura de aumentar, abreviar ou prolongar o tempo de circulação, isto é, de tornar mais ou menos laboriosa a passagem do capital aos diferentes estádios da sua produção... Consequentemente, a **mais-valia** susceptível de se produzir num dado espaço de tempo pode ser diminuída por interrupções, seja porque se torna menor o número das reproduções, seja porque se contrai a massa de capital constantemente envolvido no processo de produção. Em ambos os casos, não se trata de uma diminuição do valor adiantado, mas de uma diminuição da velocidade do seu crescimento.

Como já notamos de passagem, o capital fixo indica o grau de desenvolvimento da grande indústria em geral (o capital fixo cresce, pois, proporcionalmente às forças produtivas da indústria). Atingindo um certo nível ele próprio materializa essas forças produtivas, transforma-se mesmo nelas, enquanto produto adiantado. Deste modo, qualquer interrupção do processo de produção provoca diretamente uma diminuição do próprio capital, do seu valor adiantado. Com efeito, o valor do capital fixo apenas é reproduzido na proporção da sua utilização no processo de produção. Assim que o capital fixo deixa de ser utilizado, perde o seu valor de uso, — e o seu valor não é transmitido ao produto.

Assim, quanto mais o capital fixo se desenvolve em grande escala, no sentido em que aqui o entendemos, tanto mais a continuidade do processo de produção, ou seja, o fluxo constante da reprodução se torna uma condição e uma pressão exterior do modo de produção capitalista.

Mas mesmo nesse plano, a apropriação do trabalho vivo pelo capital não deixa de ser, na maquinaria, uma realidade imediata, se bem que a produção seja um processo de análise diretamente derivado da ciência e uma aplicação das leis mecânicas e químicas que permite à máquina fazer o mesmo trabalho que fazia o operário de outrora. Apesar disso, a maquinaria só conhece um tal desenvolvimento quando a indústria atingiu já um nível muito elevado, quando o capital pôs todas as ciências ao seu serviço e quando, além disso, a maquinaria disponível lhe proporciona já recursos apreciáveis.

A invenção torna-se então um ramo dos negócios, e a aplicação da ciência à produção imediata determina as invenções, ao mesmo tempo que aquela as solicita. Mas não foi isto que abriu o caminho seguido em geral pela maquinaria, nem tampouco o caminho em que ela progride em particular. Porque esse caminho é um processo de análise, por exemplo, o da divisão do trabalho, que cada vez mais transforma os gestos do ope-

rário em operações mecânicas, se bem que a dada altura a mecanização tome o seu lugar (*an economy of power*).

O modo determinado do trabalho é, portanto, aqui, transferido do operário para o capital, sob a forma de máquina, e a força do trabalho vivo acha-se desvalorizada devido a essa transferência. O que era atividade do trabalhador vivo torna-se atividade da máquina.

É assim que o operário concebe diretamente a apropriação do seu trabalho pelo capital: este absorve trabalho vivo — "como se o amor possuísse o seu corpo".*

Contradição entre o princípio de base (medida do valor) da produção burguesa e o seu próprio desenvolvimento. Máquinas etc.

A troca do trabalho vivo pelo trabalho objetivado, quer dizer, a manifestação do trabalho social sob a forma antagônica do capital e do assalariamento, é o último desenvolvimento da **relação do valor** e da produção baseada no valor.

A premissa desta relação é que a massa do tempo de trabalho imediato, a quantidade de trabalho utilizada, representa o fator decisivo da produção de riquezas. Ora, à medida que se desenvolve a grande indústria, a criação de riquezas depende cada vez menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho utilizada, e cada vez mais do poder dos agentes mecânicos postos em movimento durante a duração do trabalho. A enorme eficiência destes agentes, por sua vez, não tem qualquer relação com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção. Depende, antes, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (O desenvolvimento das ciências — entre as quais as da natureza, bem como

(*) A expressão é de Goethe, *Fausto*, 1.^a Parte, Terceiro Fato.

todas as outras — é, certamente, função do desenvolvimento da produção material.)

A agricultura, por exemplo, torna-se uma simples aplicação da ciência do metabolismo material da nutrição e o modo mais vantajoso da sua regulação para o conjunto do corpo social.

A riqueza social desenvolve-se agora, por um lado, graças à enorme desproporção entre o tempo de trabalho utilizado e o seu produto e, por outro lado, graças à desproporção qualitativa entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poder do processo de produção que controla: é o que a grande indústria nos revela.

O trabalho não se apresenta principalmente como uma parte constitutiva do processo de produção. O homem comporta-se, pelo contrário, como um vigilante e um regulador face ao processo de produção. (Isto é válido não só para a maquinaria, como também para a combinação das atividades humanas e o desenvolvimento da circulação entre os indivíduos.)

O trabalhador não mais introduz o objeto natural — transformado em ferramenta — como intermediário entre si e o material; nessa altura introduz o processo natural — que se transforma num processo industrial — como intermediário entre si e toda a natureza, da qual se tornou dominador. Porém, ele próprio tem o seu lugar ao lado do processo de produção, em vez de ser o seu agente principal.

Com esta transformação, não é o tempo de trabalho utilizado, nem o trabalho imediato efetuado pelo homem, que surgem como o fundamento principal da produção de riqueza; é, sim, a apropriação da sua força produtiva geral, do seu entendimento da natureza e da sua faculdade de a dominar, desde que se constituiu em corpo social; numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social representa o fundamento essencial da produção e da riqueza.

O roubo do tempo de trabalho de outrem sobre que assenta a riqueza atual surge como uma base miserável

relativamente à base nova, criada e desenvolvida pela própria grande indústria.

Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixe de ser a fonte principal da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida, e o valor de troca deixa portanto também de ser a medida do valor de uso. **O sobretrabalho das grandes massas** deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, tal como o **não-trabalho de alguns** deixou de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano.

Por essa razão, desmorona-se a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato acha-se despojado da sua forma mesquinha, miserável e antagônica. Ocorre então o livre desenvolvimento das individualidades. Já não se trata, então, de reduzir o tempo de trabalho necessário com vista a desenvolver o sobretrabalho, mas de reduzir em geral o trabalho necessário da sociedade a um mínimo. Ora, esta redução supõe que os indivíduos recebam uma formação artística, científica, etc., graças ao tempo libertado e aos meios criados para benefício de todos.

O capital é uma contradição em processo: por um lado entrava a redução do tempo de trabalho a um mínimo, e por outro instaura o tempo de trabalho como a única medida de riqueza. Portanto, **diminui** o tempo de trabalho na sua forma necessária **para o aumentar** na forma de sobretrabalho. Numa proporção cada vez maior, coloca portanto o sobretrabalho como a condição — questão de vida ou de morte — do trabalho necessário.

Por um lado, desperta todas as forças da ciência e da natureza, bem como as da cooperação e da circulação sociais, para fazer com que a criação da riqueza seja independente (relativamente) do tempo de trabalho nela utilizado. Por outro lado, pretende medir, pela bitola do tempo de trabalho, as gigantescas forças sociais desse modo criadas, e encerrá-las em limites estreitos, necessários à conservação, enquanto valor, do valor já

produzido. As forças produtivas e as relações sociais — simples faces diferentes do desenvolvimento do indivíduo social — aparecem ao capital unicamente como meios para produzir a partir da sua apertada base. Mas, de fato, são estas as condições materiais capazes de fazer explodir essa base.

"Uma nação é realmente rica se, em vez de 12 horas, trabalha 6. A riqueza não consiste em comandar a produção de sobretrabalho" e (riqueza real), "mas a produção do tempo disponível para cada indivíduo e para toda a sociedade, para além do tempo empregue na produção imediata."*

A natureza não constrói máquinas, nem locomotivas, nem estradas de ferro, nem telégrafos elétricos, nem máquinas automáticas de tecer, etc.; isso são produtos da indústria humana, da matéria natural, transformada em instrumentos da vontade e da atividade humanas sobre a natureza. São instrumentos do cérebro humano, criados pela mão do homem, órgãos materializados do saber.

O desenvolvimento do capital fixo indica o grau em que a ciência social em geral, o saber, se tornaram numa força produtiva imediata, e, por consequência, indica até que ponto as condições do processo vital da sociedade estão submetidas ao controle da inteligência geral e levam a sua marca; até que ponto as forças produtivas sociais não são apenas produzidas sob a forma do saber, mas também como órgãos imediatos da práxis social, do processo vital real.

Significado do desenvolvimento do capital fixo (para o desenvolvimento do capital em geral). Relação entre a criação de capital fixo e a de capital circulante. Tempo disponível: criá-lo é tarefa essencial do capital. A sua forma contraditória sob domínio do capital. Produtividade do trabalho e

(*) Cf. The Source and Remedy of the National Difficulties, deduced from Principles of Political Economy, in a Letter to Lord John Russell, Londres, 1821, p. 6. Autor anônimo.

produção de capital fixo. (The Source and Remedy, etc.). — Uso e consumo: The Economist. — Duração do capital fixo.

O desenvolvimento do capital fixo indica, ainda de uma outra maneira, o nível de desenvolvimento da riqueza em geral ou o desenvolvimento do capital. O objeto, diretamente orientado tanto para o valor de uso como para a produção de valor de troca, — é o produto que serve para o consumo. A fração da produção que serve para produzir capital fixo cria objetos que não são nem de consumo imediato, nem valor diretamente permutável (ou, pelo menos, não são valores de troca imediatamente realizáveis).

O grau de produtividade já atingido indica-nos se é suficiente uma parte do tempo de produção para a produção imediata, e se uma parte sempre crescente pode ser empregue na criação dos meios de produção. Isso supõe que a sociedade esteja em condições de alcançar, e que possa retirar — tanto do consumo imediato como da produção que a ele é consagrada — uma parte crescente da riqueza já criada, para a empregar num trabalho que não é imediatamente produtivo (no seio do processo de produção material).

Tudo isso exige, portanto, que já tenha sido atingido um certo nível de produtividade e um excedente relativo; e pode-se dizer, mais exatamente, que esse nível se mede diretamente no grau em que o capital circulante se transforma em capital fixo.

Uma vez que o volume de sobretrabalho relativo depende da produtividade do trabalho necessário, o volume do tempo de trabalho — tanto vivo como objetivado — empregue na produção do capital fixo, depende da produtividade do tempo de trabalho empregue na produção dos gêneros imediatos. Apercebemo-nos de que esta relação implica uma população supranumerária e uma produção excedentária.

Por outras palavras, o produto resultante do tempo de trabalho utilizado na produção imediata deve ser relativamente excedentário, a fim de ultrapassar a quan-

tidade necessária à reprodução do capital empregue só nestes ramos.

Esta sobrepopulação e esta sobreprodução relativas devem ser tanto mais importantes quanto mais debilmente o capital fixo participe na criação de gêneros imediatos, e quanto menos intervenham no seu processo de produção imediato; dito de outro modo: (serão mais importantes) quando o número de máquinas ligadas à construção de estradas de ferro, canais, trabalhos de canalização de águas, telégrafos, etc., for maior do que no processo de produção para a subsistência imediata.

Voltaremos a isto mais tarde, mas, desde já, sabemos que é de uma transformação insuficiente e excessiva de capital circulante em capital fixo que provêm a alternância incessante da sobreprodução e subprodução da indústria moderna, bem como as perpétuas e excessivas oscilações e contrações.

Seja como for, o capital cria uma grande quantidade de tempo disponível, para além do tempo de trabalho necessário à sociedade em geral e a cada um dos seus membros em particular, ou seja, uma margem de espaço para o desenvolvimento de todas as forças produtivas de cada indivíduo e, portanto, também da sociedade.

Esta criação de tempo de não-trabalho surge, para o capital e sistemas anteriores, como um simples tempo de não-trabalho, tempo livre, segundo alguns. Mas, no que toca ao capital, este aumenta o tempo de sobretrabalho da massa por todos os meios da ciência e da arte, visto que a sua riqueza é diretamente função da apropriação do tempo de sobretrabalho, isto é, o seu **lim é diretamente o valor**, e não o valor de uso. Assim, ele é, apesar de tudo, o instrumento que cria os meios de tempo social disponível, que incessantemente reduz a um mínimo o tempo de trabalho para toda a sociedade e liberta portanto o tempo de todos, com vista ao desenvolvimento próprio de cada um.

Entretanto, ele próprio tende sempre à **criação do tempo disponível**, por um lado, para o transformar em

sobretabalho, por outro. Se consegue criar tempo disponível, padecerá de sobreprodução, e o trabalho necessário será interrompido, pois o capital deixa de poder valorizar **qualquer sobretabalho**. Quanto mais esta contradição se desenvolve, mais claro se torna que o crescimento das forças produtivas não mais poderá ser travado pela apropriação do sobreproduto de outrem.

As massas operárias devem, portanto, elas próprias, apropriar-se do seu sobretabalho. Desse modo, o tempo disponível deixa de ter uma existência contraditória. O tempo de trabalho necessário mede-se, então, pelas necessidades do indivíduo social, e o desenvolvimento da força produtiva social cresce com tão grande rapidez que, mesmo se a produção for calculada em função da riqueza de todos, o tempo disponível cresce para todos.

A verdadeira riqueza significa, com efeito, o desenvolvimento da força produtiva de todos os indivíduos. Por conseguinte, deixa de ser o tempo de trabalho, mas o tempo disponível que mede a riqueza.

Se o tempo de trabalho é a medida da riqueza, é porque a riqueza se fundamenta na pobreza, e porque o tempo-livre resulta da base contraditória do sobretrabalho; por outras palavras: isso supõe que todo o tempo do operário seja considerado como tempo de trabalho, e que ele próprio seja reduzido ao nível de simples trabalhador e subordinado ao trabalho.

É por isso que a mais desenvolvida maquinaria obriga hoje o operário a trabalhar mais tempo do que o que trabalhava o selvagem, ou até ele próprio, quando dispunha de ferramentas mais rudimentares e primitivas.

"Se todo o trabalho de um país chegasse à justa medida para produzir a subsistência da população, não poderia haver sobreproduto, e, portanto, nada poderia ser reservado à acumulação do capital. Se, num só ano, o povo produzisse o bastante para se manter durante dois anos, teria de ser liquidado o consumo de um ano, ou então cessaria o trabalho produtivo durante um ano. Mas os possuidores do sobreproduto ou capital...

utilizam os trabalhadores para um fim que não é direta e imediatamente produtivo, por exemplo, a construção de máquinas, e assim por diante." (**The Source and Remedy of National Difficulties.**)

O desenvolvimento da grande indústria tem como consequência que a sua base, a saber, a apropriação do tempo de trabalho de outrem, deixa de representar ou de criar a riqueza. O trabalho imediato enquanto tal deixa de ser fundamento da produção, uma vez que é transformado numa atividade que consiste essencialmente na vigilância e afinação; enquanto que o produto deixa de ser criado pelo trabalhador imediato, e é mais resultado da combinação da atividade social do que da simples atividade do produtor.

Hodgskin⁶ tira disso a seguinte conclusão: Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, "cada operário produz apenas uma parte de um todo. Como cada parte não tem, por si só, valor nem utilidade, não há nada que o operário possa atribuir a si próprio, pessoalmente, nada de que ele possa dizer: isto é um produto meu, vou tomá-lo para mim."

Na troca direta entre produtores, o trabalho individual imediato encontra-se realizado num produto particular (e não numa parte do produto), e o seu caráter social comum — objetivação do trabalho geral e satisfação da necessidade geral — só vem a aparecer através da troca.

Ocorre o contrário no processo de produção da grande indústria. Quando a força produtiva do meio de trabalho atinge o nível do processo automático, a premissa é a submissão das forças naturais à inteli-

gência social, enquanto que o trabalho imediato do indivíduo deixa de existir, ou melhor, é transformado em trabalho social. É assim que desaparece a outra base deste modo de produção.

Mesmo no interior do processo de produção do capital, o tempo de trabalho que serve para produzir capital fixo relaciona-se com o trabalho que serve para produzir capital circulante, como o **tempo de sobretrabalho se relaciona com o tempo de trabalho necessário**. À medida que a produção destinada a satisfazer as necessidades imediatas se torna mais eficaz, pode-se orientar uma sua parte cada vez maior para a satisfação das necessidades da própria produção, ou para a fabricação de meios de produção.

Do ponto de vista físico, a produção de capital fixo pode ser orientada quer para a produção de valores de uso imediatos, quer para a produção de valores indispensáveis à reprodução do capital, o que quer dizer que ela pode apresentar, no próprio seio da criação de valor, uma relação com o valor de uso. Já pelo contrário, assim que a produção do capital fixo deixa de estar orientada para o valor enquanto objeto imediato, e se orienta para a produção de meios que sirvam para criar valor, a produção de valor acha-se materialmente inserida no objeto da produção, como fim da produção e da objetividade da força produtiva: é um valor produzindo a força do capital.

Na produção do capital fixo, o capital situa-se como fim em si e torna-se eficaz enquanto capital, e isto com uma força maior do que na produção de capital circulante. Portanto, também neste sentido, o volume de capital fixo e a parte que a sua produção ocupa na produção geral indicam a medida do desenvolvimento da riqueza baseada no modo de produção do capital.

Hodgskin escreve: "O número de operários depende a cada momento da quantidade de capital circulante ou, mais exatamente, da quantidade de produtos fornecida pelo trabalho que existe simultaneamente nos outros ramos e que os operários podem consumir."

(6) Encontramos a mesma citação no *O Capital*, 4.^a seção, XIV e IV. Marx esclarece: "o autor deste escrito notável é Ch. Hodgskin..." A presente citação, bem como a seguinte, são extraídas da mesma obra: *Labour Defended Against The Claims of Capital Proved*, Londres, 1825, p. 25, p. 20. A segunda citação, (na página seguinte do texto) encontra-se na *Histoire des Doctrines Economiques*, tomo VII, ed. Costes, p. 156.

É nessa altura que Marx expõe longamente as idéias de Hodgskin.

As passagens de vários economistas que citamos anteriormente relacionam-se todas com o capital fixo considerado como a parte do capital envolvido no processo de produção: "O capital circulante é consumido; o capital fixo é simplesmente utilizado no grande processo da produção". (*The Economist*, VI, 1) Nada mais falso, porque isso apenas se aplica à parte do capital circulante consumida pelo capital fixo: as matérias instrumentais; só o capital fixo é consumido "no grande processo de produção", considerado como processo de produção imediato.

De fato, o consumo, no seio do processo de produção, significa utilização ou usura. De resto, também a estabilidade e a maior duração do capital fixo não devem ser entendidas como puramente materiais. O ferro e a madeira com que se faz a cama, as pedras com que se faz a casa ou a estátua de mármore que ornamenta um palácio, são tão duráveis como o ferro e a madeira, etc., utilizados na maquinaria.

Não é só por uma razão técnica que a estabilidade é uma condição do instrumento e do meio de produção, ou por outra, que o metal, etc., é o material mais usado na maquinaria; é porque o instrumento é chamado a desempenhar constantemente o mesmo papel nos processos sucessivos de produção. Deste modo, a estabilidade do meio de produção é diretamente exigida pelo seu valor de uso. Se fosse necessário renová-lo constantemente, ficaria demasiado caro, e seria preciso aumentar exageradamente a parte de capital destinada a ser empregue pela parte fixa. A sua durabilidade tem, portanto, a sua razão de ser, pelo fato de servir de meio de produção; ela constitui um acréscimo da força produtiva. Em compensação, a estabilidade do capital circulante, que não é transformado em capital fixo, de modo nenhum depende do ato produtivo em si, e não é portanto um elemento materialmente determinado.

Se, no fundo de consumo, existem certos objetos que são considerados como **capital fixo**, porque são consumidos lentamente, podendo sê-lo por inúmeros

indivíduos, isso é devido a razões várias: aluguel do local de venda, juros, etc., de que não nos vamos ocupar aqui.

"Com a introdução generalizada de máquinas nas fábricas britânicas, os homens têm sido tratados, com raras exceções, como uma máquina secundária e subalterna, e dá-se muito mais atenção ao aperfeiçoamento da matéria-prima da madeira, dos metais, do que à dos corpos e dos espíritos." (Robert Owen, *Essays on the formation of the human character*, 1840, Londres, p. 31.)

A verdadeira poupança. — Economia. — A poupança do tempo de trabalho equivale a um desenvolvimento das forças produtivas. — A supressão da contradição entre o tempo livre e o tempo de trabalho. — Verdadeira concepção do processo de produção social.

A verdadeira economia (poupança) incide sobre o tempo de trabalho (mínimo e redução a um mínimo das despesas de produção); porém, vemos que esta economia corresponde ao desenvolvimento da força produtiva. Economizar não significa, pois, **renunciar à fruição***, mas desenvolver a potência e as capacidades da produção, quer dizer, ao mesmo tempo as capacidades e os meios de fruição.

A capacidade de fruição é uma condição de fruição, e mesmo o seu primeiro meio: essa capacidade corresponde ao desenvolvimento de uma disposição individual e de uma força produtiva.

Economizar tempo de trabalho é aumentar o tempo livre, quer dizer, o tempo destinado ao desenvolvimento completo do indivíduo, o que, por sua vez, atua sobre a força produtiva do trabalho e a aumenta.

Do ponto de vista da produção imediata, o tempo economizado pode ser considerado como destinado a produzir **capital fixo**, um **capital fixo feito homem**. De resto, nem é preciso dizer que o tempo de trabalho não pode ficar encerrado na sua contradição abstrata com

(*) *Jouissance*, no original.

o tempo livre, — como é o caso na economia burguesa. O trabalho não pode tornar-se prazer, jogo, como queria Fourier,* que teve o grande mérito de demonstrar que o fim último exige que se elimine não só a atual distribuição, mas também o modo de produção, mesmo nas suas formas mais desenvolvidas.

O tempo livre — para o descanso como para as atividades superiores — transformará naturalmente aquele que dele desfruta num indivíduo diferente, e é este homem transformado que, em seguida, se apresentará no processo de produção imediato. O homem em formação encontra no processo de produção imediato tanto a disciplina como a matéria para exercícios de aplicação, tanto um saber experimental como uma ciência criativa. O homem realizado, esse, vai aí encontrar apenas uma ciência objetivada na sociedade, e da qual o seu cérebro já está imbuído. Mas, nestes dois estádios da história humana, trata-se sempre de um exercício, na medida em que o trabalho reclama uma prática manual bem como uma liberdade de movimento, como vemos na agricultura.

O sistema da economia burguesa segue um desenvolvimento progressivo e, em última análise, desenvolve a sua própria negação. Temos ainda de falar no processo de produção imediato. Se considerarmos a sociedade burguesa no seu conjunto, é sempre como resultado último do processo de produção que aparece a sociedade, quer dizer, o homem nas suas relações sociais. Tudo o que, como o produto, etc., tem uma forma sólida, aparece apenas como um momento, que se dissipa neste movimento. O processo de produção imediato só aparece aqui como um momento. As condições e as objetivações deste processo são elas próprias momentos uniformes. Certamente que os indivíduos apenas se apresentam como sujeitos deste pro-

(*) Cf. Charles Fourier. *O novo mundo industrial e societário, ou invenção do processo prático da indústria, agradável e natural, distribuída em séries apaixonantes.*

cesso, mas mantêm igualmente relações entre si, que eles reproduzem seja simplesmente, seja de uma maneira alargada. É, pois, o seu próprio processo em movimento constante que eles renovam, paralelamente ao mundo da riqueza que criam.

Owen e a sua concepção histórica da produção industrial (capitalista).

Nas suas **Six lectures delivered at Manchester** (1837), Owen estabelece a diferença criada pelo capital entre os operários e os capitalistas a partir do momento em que este modo de produção se desenvolve verdadeiramente (sobre a ampla base que adquire com a grande indústria, fundamentada no crescimento do capital fixo). Não deixa de sublinhar que o desenvolvimento do capital é uma condição necessária à regeneração social.

Diz ele de si próprio: "Foi aprendendo progressivamente, na criação e direção destes vastos estabelecimentos" (industriais) "que o vosso conferencista" (Owen) "foi levado a tomar conhecimento dos graves erros e inconvenientes resultantes de todas as tentativas, passadas e presentes, de melhorar o caráter e a situação dos seus concidadãos."

Vamos citar aqui uma passagem inteira, para a podermos utilizar na devida ocasião.

"Os produtores da riqueza desenvolvida repartem-se em operários de materiais maleáveis e operários de materiais duros, colocados diretamente sob as ordens de contramestres, cujo fim é fazer dinheiro e lucros, graças ao trabalho dos que empregam.

"Antes da introdução do sistema manufatureiro que utiliza a química e a mecânica, as operações efetuavam-se numa escala reduzida. Havia inúmeros pequenos artesãos, secundados por alguns raros companheiros que esperavam, por sua vez, vir a ser pequenos artesãos. Em geral, comiam todos à mesma mesa e

viviam em conjunto. Reinava entre eles um sentimento e um espírito de igualdade.

"Desde que se começaram a utilizar em grande as forças da ciência para fazer funcionar as manufaturas, assiste-se a uma mudança gradual de todas estas relações. A maior parte das manufaturas, para serem eficientes, têm de ser conduzidas extensivamente, e com um capital maior.

"Os pequenos artesãos, com pequenos capitais, têm agora reduzidas hipóteses de sucesso, principalmente no que se refere às manufaturas que trabalham as matérias maleáveis, tais como a lã, o algodão, o linho. Um fato é, de resto, evidente: enquanto durar a classificação atual da sociedade e o atual modo de direção da vida social, os pequenos artesãos serão cada vez mais esmagados por aqueles que possuem grandes capitais. A antiga igualdade, mais feliz, entre os produtores, cederá o seu lugar a uma mais considerável desigualdade entre patrões e operários, desigualdade sem precedentes na história da humanidade.

"O grande capitalista vê-se promovido ao posto de lorde imperioso, dispondo da saúde, da vida e da morte dos seus escravos, como entende, mas indiretamente. Adquire este poder associando-se com outros grandes capitalistas, envolvidos no mesmo interesse que ele, e obriga àqueles que emprega a agir de acordo com os seus designios.

"O grande capitalista nada atualmente na riqueza, uma vez que desconhece o seu justo governo. Não o aprendeu, pois adquiriu o poder graças à sua riqueza. Ora, a sua riqueza e o seu poder cegam o seu espírito; e quando lesa outrem gravemente, ainda julga estar a fazer-lhe um favor.

"Os seus servidores, como lhes chama, são de fato os seus escravos, e estão reduzidos a uma degradação sem apelo; a maior parte deles estão privados de saúde, de conforto doméstico, de repouso, e das sãs e livres alegrias de outrora. O excessivo dispêndio das forças, devido às suas ocupações monótonas e intermináveis,

incita-os a hábitos de imoderação e torna-os defeituosos no pensamento ou na reflexão. Não podem entregar-se a nenhum prazer físico, intelectual ou moral, salvo os da mais baixa espécie; todos os verdadeiros prazeres da vida estão muito longe deles. Numa palavra, a existência que leva a maior parte dos operários no atual sistema não vale a pena ser vivida.

"Não podemos tornar os indivíduos responsáveis pelas mudanças que dão lugar a estes resultados; eles agem, pelo contrário, na ordem normal das coisas, que é uma etapa necessária e preparatória para a grande e decisiva revolução social em marcha. Sem capitais importantes não se poderia criar grandes estabelecimentos; não se poderia convencer os homens da grande eficiência das grandes combinações, nem demonstrar o seu valor superior, nem fazer produzir, num ano, mais riquezas do que as que se podem consumir no mesmo tempo, nem demonstrar que a riqueza deve atingir uma qualidade superior à que atualmente produzimos.

"Tal como existe, o novo sistema químico e mecânico da manufatura deve alargar as capacidades humanas, preparar os homens para compreenderem outros princípios e práticas com vista a adotá-los, e assim, nos seus trabalhos, prepararem a mais benéfica mudança que o homem jamais conheceu. Assim é o novo sistema manufatureiro que cria a necessidade de uma nova e superior classificação da sociedade". (pp. 57-58).

PREFÁCIO À CONTRIBUIÇÃO PARA
A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
(EXPOSIÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO)

Examino pela ordem seguinte o sistema da economia burguesa: **capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio externo, mercado mundial.** Nas três primeiras rubricas, estudo as condições econômicas de existência das três grandes classes em que se divide a sociedade burguesa moderna; a ligação das três restantes é evidente. A primeira secção do livro primeiro, que trata do capital, subdivide-se nos seguintes capítulos: 1.º a mercadoria; 2.º a moeda ou a circulação simples; 3.º o capital em geral. Os dois primeiros capítulos formam o conteúdo do presente

volume. Parto de um conjunto de documentação sob a forma de monografias escritas com longos intervalos para meu próprio esclarecimento, não para impressão, e cuja elaboração sistemática, segundo o plano indicado, dependerá das circunstâncias.

Suprimo uma introdução geral que esbocei em tempos¹ porque, pensando bem, parece-me que antecipar conclusões que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral. Por outro lado, incluí algumas indicações sobre a seqüência dos meus próprios estudos da economia política, por me parecerem aqui pertinentes.

O objeto dos meus estudos especializados era a jurisprudência, à qual me dediquei como disciplina complementar da filosofia e da história. Em 1842-1843, na qualidade de redator da **Rheinische Zeitung**², encontrei-me pela primeira vez na obrigação embaraçosa de dar a minha opinião sobre o que é costume chamar-se os interesses materiais. As deliberações do Landtag renano sobre os roubos de lenha e a divisão da propriedade imobiliária, a polémica oficial que o Sr. von Schaper, então primeiro presidente da província renana, sustentou com a **Rheinische Zeitung** sobre a situação dos camponeses do Mosela e, finalmente, os debates sobre o livre-câmbio e o proteccionismo, forneceram-me as primeiras razões para me ocupar das questões econômicas. Por outro lado, nesta época em que o desejo de "ir para a frente" substituída frequentemente a competência, fez-se ouvir na **Rheinische Zeitung** um eco do socialismo e do comunismo francês, ligeiramente eivado de filosofia. Pronunciei-me contra este trabalho de aprendiz, mas ao mesmo tempo confessei abertamente, numa controvérsia com a **Allgemeine Augsburger Zeitung**³, que os estudos que tinha feito até então não me permitiam arriscar qualquer juízo sobre

(1) Veja pp. 224-260 (N. do E.).

(2) Gazeta Renana.

(3) Gazeta Geral de Augsburg.

o teor das tendências francesas. Aproveitando a ilusão dos diretores da *Rheinische Zeitung*, que julgavam poder suspender a sentença de morte proferida contra o jornal, dando-lhe um caráter mais moderado, preferi deixar a cena pública a retirar-me para o meu gabinete de estudo.

O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito*, de Hegel, trabalho, cuja introdução apareceu nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*⁴, publicados em Paris, em 1844. Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas — assim como as formas de Estado — não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de "sociedade civil"; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. Tinha começado o estudo desta em Paris, continuando-o em Bruxelas, para onde emigrei após uma sentença de expulsão do Sr. Guizot. A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu

(4) Anais Franco-Alemães.

ser, é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material — que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa — das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. A traços largos, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma

contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a pré-história da sociedade humana.

Friedrich Engels, com quem, desde a publicação do seu genial esboço de uma contribuição para a crítica das categorias econômicas nos **Deutsch-Französische Jahrbücher**, tenho mantido por escrito uma constante troca de idéias, chegou por outras vias (confrontar a sua **Situação das Classes Operárias em Inglaterra**) ao mesmo resultado, e quando, na Primavera de 1845, se veio estabelecer também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se, de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior. Este projeto foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito, dois grandes volumes **in-octavo**, estava há muito no editor na Vestefália, quando soubemos que novas circunstâncias não permitiam já a sua impressão. De bom grado abandonamos o manuscrito à crítica corrosiva dos ratos, tanto mais que tínhamos atingido o nosso fim principal, que era ver claro em nós próprios. Dos vários trabalhos dispersos desta época em que apresentamos as nossas opiniões sobre os diversos assuntos, mencionarei apenas o **Manifesto do Partido Comunista**, redigido em colaboração com Engels, e o **Discurso sobre o livre-câmbio**, publicado por mim. Os pontos decisivos das nossas concepções foram cientificamente esboçados pela primeira vez, ainda que de forma polêmica, no meu texto contra Proudhon publicado em 1847; **Miséria da Filosofia**, etc. A impressão de uma dissertação sobre

o **Trabalho assalariado**, escrita em alemão e reunindo as conferências sobre este tema que proferi na Associação dos operários alemães de Bruxelas, foi interrompida pela revolução de Fevereiro a que se seguiu a minha expulsão da Bélgica.

A publicação da **Neue Rheinische Zeitung**⁵ em 1848-1849 e os acontecimentos posteriores, interromperam os meus estudos econômicos, que só pude retomar em 1850, em Londres. A prodigiosa documentação sobre a história da economia política reunida no Museu Britânico, o posto favorável que Londres oferece para a observação da sociedade burguesa e, por último, o novo estágio de desenvolvimento em que esta parecia entrar com a descoberta do ouro californiano e australiano, decidi-me a recomeçar e a estudar a fundo, com espírito crítico, os novos materiais. Estes estudos conduziram-me a disciplinas que pareciam distanciar-me do meu propósito e nas quais tive que me fixar mais ou menos tempo. Mas o que limitou o tempo de que dispunha foi principalmente a imperiosa necessidade de fazer um trabalho remunerado. Uma colaboração de há oito anos a esta parte do **New York Tribune**, o primeiro jornal anglo-americano, provocou, na medida em que só excepcionalmente me ocupo do jornalismo propriamente dito, uma extraordinária dispersão dos meus estudos. Entretanto, os artigos sobre os acontecimentos econômicos de relevo na Inglaterra e no continente formavam uma parte tão considerável das minhas colaborações, que fui levado a familiarizar-me com os pormenores práticos que não são do domínio da ciência pura da economia política.

Com este esboço da evolução dos meus estudos no terreno da economia política, quis apenas mostrar que as minhas opiniões, seja qual for o julgamento que mereçam, e por muito pouco que concordem com os preconceitos interessados das classes dirigentes, são o resultado de longas e conscienciosas pesquisas.

(5) Nova Gazeta Renana.

Mas, no limiar da ciência, como à entrada do inferno,
esta obrigação se impõe:

Qui se convien lasciare ogni sospetto
Ogni viltà convien che qui sia morta⁶

Londres, Janeiro de 1859.

KARL MARX

(6) Que aqui se afasta toda a suspeita
Que neste lugar se despreze todo o medo.
(DANTE: *Divina Comédia*. (N. do E.).